

Edson Rosa Francisco de Souza  
Eduardo Penhavel  
Marcos Rogério Cintra  
(Orgs.)

# LINGUÍSTICA TEXTUAL

interfaces e delimitações

Homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch



 CORTEZ  
EDITORA



*Comitê Editorial de Linguagem*

Anna Christina Bentes  
Cláudia Lemos Vóvio  
Edwiges Maria Morato  
Maria Cecília P. Souza-e-Silva  
Sandoval Nonato Gomes-Santos  
Sebastião Carlos Leite Gonçalves

*Conselho Editorial de Linguagem*

Adair Bonini (UFSC)  
Arnaldo Cortina (UNESP – Araraquara)  
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)  
Heronides Melo Moura (UFSC)  
Ingedore Grünfeld Villaga Koch (UNICAMP)  
Luiz Carlos Travaglia (UFU)  
Maria da Conceição A. de Paiva (UFPRJ)  
Maria das Graças Soares Rodrigues (UFERN)  
Maria Eduarda Gieing (UNISINOS)  
Maria Helena de Moura Neves (UPM/UNESP – Araraquara)  
Mariângela Rios de Oliveira (UFF)  
Mari Quadros Leite (USP)  
Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)  
Regina Célia Fernandes Cruz (UFPA)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Linguística textual : interfaces e delimitações : homenagem a Ingedore Grünfeld Villaga Koch / Edson Rosa Francisco de Souza, Eduardo Penhavel, Marcos Rogério Cintra. -- São Paulo : Cortez, 2017.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-249-2575-7

1. Análise do discurso 2. Koch, Ingedore Grünfeld Villaga 3. Linguística I. Souza, Edson Rosa Francisco de. II. Penhavel, Eduardo. III. Cintra, Marcos Rogério.

17-07845

CDD-415

Índices para catálogo sistemático

**Edson Rosa Francisco de Souza**

**Eduardo Penhavel**

**Marcos Rogério Cintra**

(Orgs.)

Adriana Bolívar • Ana Lúcia T. Cabral • Anna Christina Bentes • Ataliba Teixeira de Castilho • Carlos Alexandre Gonçalves • Carlos Magno Viana Fonseca (*in memoriam*) • Cibella Cândida Abreu Spinardi Jubran (*in memoriam*) • Diana Luz Pessoa de Barros • Edwiges Maria Morato • Francisco Alves Filho • Gladis Massini-Cagliari • Jean-Michel Adam • Kanavillil Rajagopalan • Kazuo Saito M. de Barros • Luiz Carlos Cagliari • Luiz Carlos Travaglia • Maria da Conceição de Paiva • Maria Lúcia G. V. O. Andrade • Maria Luiza Braga • Mônica Magalhães Cavalcante • Renato Cabral Rezende • Sandra Denise Gasparini-Bastos • Sueli G. Marquesi • Suzana Leite Cortez • Teun van Dijk • Vanda Maria Elias

# LINGUÍSTICA TEXTUAL

## interfaces e delimitações

Homenagem a Ingedore Grünfeld Villaga Koch

 **CORTEZ**  
EDITORA

LINGÜÍSTICA TEXTUAL — interfaces e delimitações. Homenagem a Ingedore Grunfeld Villaca Koch  
Edson Rosa e Francisco de Souza, Eduardo Penhavel, Marcos Rogério Cintra (Orgs.)

Capa: de Sílvia Arte Visual  
Preparação • de originais: Amália Ursi, Nair Hitomi Kayo  
Revisão: Amália Ursi, Jaci Dantas, Nair Hitomi Kayo  
Projeto gráfico: Neco e diagramação: Linea Editora  
Coordenação editorial: Danilo A. Q. Moraes

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 2017 by Organizadores

Direitos para esta edição  
CORTEZ EDITORA  
R. Monte Alegre, 1074 — Perdizes  
05014-001 — São Paulo-SP  
Tels. +55 11 3 8864-0111 / 3611-9616  
cortez@cortezeditora.com.br  
www.cortezeditora.com.br

## Sumário

**Introdução**  
Edson Rosa Francisco de Souza  
Eduardo Penhavel  
Marcos Rogério Cintra..... 9

### Parte 1 A Linguística Textual

**I. O que é Linguística Textual?**  
Jean-Michel Adam..... 23  
tradução: Suzana Leite Cortez

**II. A Construção Dialógica dos Padrões Textuais**  
Adriana Bolívar ..... 58  
tradução: Sandra Denise Gosparini-Bastos

**III. Estudos Multidisciplinares do Discurso**  
Teun van Dijk..... 94  
tradução: Maria Lucia C. V. D. Andrade



## Parte 2

## Interfaces e delimitações

4. Linguística Textual e Fonologia	
Gládis Massini-Cagliari	
Lúiz Carlos Cagliari	121
5. Linguística Textual e Morfologia	
Edson Rosa Francisco de Souza	
Carlos Alexandre Gonçalves	144
6. Linguística Textual e Sintaxe	
Mário Luiz Braga	
Mário da Conceição de Paiva	189
7. Linguística Textual e Semântica	
Marcos Rogério Cintra	
Eduardo Penhavel	211
8. Linguística Textual e Pragmática	
Kongvilili Rajagopalan	233
9. Linguística Textual e Sociolinguística	
Anna Christina Bentes	
Renato Cabral Rezende	258
10. Linguística Textual e Análise da Conversação	
Kazuo Saito M. de Barros	302
11. Linguística Textual e Análise do Discurso	
Francisco Alves Filho	335
12. Linguística Textual e Teoria da Enunciação	
Mônica Magalhães Cavalcante	
Carlos Magno Viana Fonseca ( <i>In memoriam</i> )	357

## LINGÜÍSTICA TEXTUAL

13. Linguística Textual e Cognição	
Edwiges Maria Morato	394
14. Linguística Textual e Semiótica	
Diana Luz Pessoa de Barros	431
15. Linguística Textual e Ensino	
Vanda Maria Elias	456
15. Linguística Textual e Novas Tecnologias	
Sueli C. Marquesi	
Ana Lúcia T. Cabral	476
Parte 3	
A relevância de Ingedore Koch para a Linguística e para o ensino no Brasil	
O Papel de Ingedore Koch no Projeto de Gramática do Português Falado	
Atilba Teixeira de Castilho	509
O Papel de Ingedore Koch na Formulação da Perspectiva Textual-Interativa	
Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubron ( <i>In memoriam</i> )	513
Linguística Textual: da teoria à prática de ensino — Contribuições de Ingedore Koch	
Lúiz Carlos Travaglia	518
Sobre os autores e os organizadores	529



## Introdução

Este livro é uma homenagem à Profa. Ingedore Grünfeld Villaca Koch. A obra começou a ser pensada em julho de 2008 e só foi definida pelos organizadores em 2010, tendo levado, depois disso, mais de sete anos para ficar pronta, dada a sua temática inédita e desafiadora, com seções e capítulos organizados de forma articulada. Esse longo trajeto foi essencial para o amadurecimento e o gerenciamento das ideias do livro. Trata-se, portanto, de uma obra que tem história, inovação, esmero e muito comprometimento e empenho dos organizadores e dos autores na condução e na execução do projeto.

Desde a década de 1980, a Profa. Ingedore Koch, ou simplesmente Inge para os mais próximos, é um dos nomes de maior destaque na Linguística Brasileira e a principal referência na área de Linguística Textual (doravante, LT). Dentre inúmeras outras contribuições da Profa. Ingedore, que serão lembradas no decorrer desta coletânea, destaca-se seu empenho na publicação de obras, em língua portuguesa, abordando as teorias mais atuais sobre LT. Tal atuação foi decisiva para a implantação, para o desenvolvimento e para a consolidação da disciplina no país. Além disso, sua vasta produção científica contemplou, com grande ênfase, a reflexão e a formulação de propostas sobre a aplicação de conceitos da LT ao ensino de Língua Portuguesa, papel determinante para a criação de condições favoráveis ao progresso de práticas de ensino-aprendizagem voltadas à produção e compreensão de textos em todo o Brasil.

Em vista do enorme impacto das atividades acadêmicas desenvolvidas pela Profa. Ingedore Koch na Linguística Brasileira, torna-se plenamente



justa a reunião de um grande conjunto de colegas linguistas e ex-orientandos em torno da tarefa — difícil, porém extremamente honrosa — de pensar e produzir uma obra em sua homenagem. Nesse sentido, este livro focaliza uma questão central em LT, que pode ser vista como uma temática latente ao longo de toda produção acadêmica da autora: a interdisciplinaridade. Este livro coloca em foco a relação — inevitável e altamente produtiva — entre a LT e outras disciplinas da Linguística ou outros campos afins. Aqui se coloca em pauta a discussão das *interfaces* e das *delimitações* entre a LT e diversas outras áreas do saber.

A LT pode ser entendida como uma disciplina da Linguística que assume o texto como objeto de estudo e investiga os diferentes fatores que atuam no processo de construção textual de sentido. Dentre esses fatores, estão fenômenos de natureza fonológica, morfológica, sintática, semântica, pragmática, social, discursiva, enunciativa, cognitiva etc., ou seja, fenômenos que também interessam diretamente a outras disciplinas da Linguística. Diante desse quadro, uma questão teórica e metodologicamente relevante, em Linguística, de modo geral, e em LT, em particular, é entender, de modo cada vez mais preciso, a interação da LT com outras disciplinas, assim como as particularidades do tratamento dado a esses fenômenos pela LT *versus* as particularidades das abordagens de outras disciplinas.

Nesse sentido, o objetivo central deste livro, como previsto no seu próprio título, é discutir as relações entre a LT e outras disciplinas da Linguística, demonstrando as possíveis integrações entre elas e precisando a caracterização de objetos de estudo em comum. Em termos de integração, a proposta compreende, dentre outros pontos: focalizar fenômenos que, “pertencendo” a outro domínio de análise linguística, permitam maior adequação explicativa quando se consideram também pressupostos de ordem textual; discutir o caráter complementar entre a LT e outras disciplinas na análise de certos fenômenos etc. No que se refere à delimitação, o objetivo é discutir, por exemplo, questões como as seguintes: quando/como um fenômeno linguístico de natureza fonológica deve ser tomado como objeto de estudo da Fonologia e quando/como deve ser assumido como objeto de estudo da LT?; no tratamento de fenômenos discursivos, o que particulariza a abordagem da LT, por um lado, e a da Análise do Discurso, por outro? Como se pode

perceber, são questões que podem ser estendidas, correlativamente, para a relação entre a LT e várias outras disciplinas.

De modo a dar conta desse objetivo, projetado, acima de tudo, como uma homenagem à Profa. Ingedore, este livro, que apresenta uma proposta inovadora no mercado editorial, encontra-se organizado em três partes, assim nomeadas: *A Linguística Textual* (Parte 1), *Interfaces e delimitações* (Parte 2) e *A relevância de Ingedore Koch para a Linguística e para o ensino no Brasil* (Parte 3). Todos os capítulos que integram as três partes do livro são de convidados que mantiveram (e ainda mantêm), de uma forma ou de outra, algum tipo de contato profissional ou de formação ao longo dos incansáveis anos de trabalho da homenageada.

Assim, a primeira parte do livro é composta de três capítulos, assinados por autores internacionalmente renomados, que se debruçam sobre questões gerais da LT, entendidas como essenciais para a proposta de livro que ora se apresenta.

No primeiro capítulo, que integra a primeira parte do livro, **Jean-Michel Adam** aborda nada mais, nada menos, do que a questão “O que é Linguística Textual?”, discussão que o autor inicia mencionando a dificuldade de tratar o assunto depois de já publicada uma obra denominada, justamente, *Introdução à Linguística Textual*, de Ingedore Koch. Para desenvolver o assunto, examina questões ligadas à fundação da Linguística, que teria sua base teórica na frase, e a ampliação desse limite compreendida pela gramática transfrástica e pela LT. O autor conclui o seu capítulo com uma reflexão sobre os conceitos referentes a tipo de texto, gênero textual e gênero do discurso, a qual coloca em foco a relevância dessas noções na constituição da LT.

**Adriana Bolívar**, no capítulo intitulado “A construção dialógica dos padrões textuais”, discute a importância dos padrões textuais no processo de construção do sentido e da coerência dos textos em correlação com os eventos sociais de que participam diferentes atores ao produzirem os referidos textos. A autora procura mostrar a relevância desses padrões na interação textual entre os interlocutores (falantes/ouvintes, escritores/leitores) engajados na construção dos significados na dinâmica social. Bolívar ressalta, assim, que a compreensão do funcionamento desses padrões



nos textos e na sociedade abre a possibilidade de um entendimento mais completo e apropriado sobre a maneira como a cooperação e o conflito se estabelecem no diálogo.

Finalizando essa primeira parte do livro, **Teun van Dijk**, em um capítulo denominado “Estudos Multidisciplinares do Discurso”, procede a uma discussão que incide exatamente sobre a questão central desta obra, isto é, a interdisciplinaridade. Segundo o autor, o discurso constitui um objeto complexo de estudo, e, por essa razão, para ser devidamente compreendido em suas particularidades, o discurso deve ser analisado sob várias perspectivas teóricas, tais como a Análise da Conversação, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, a Psicologia Cognitiva (no que tange à produção e à compreensão do discurso), a Psicologia Social (que entende o discurso como interação social entre os usuários da língua). É esse diálogo com as teorias que leva o autor a abordar em seu texto conceitos como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade, que, segundo van Dijk, são essenciais nos dias de hoje para entender os estudos do texto e do discurso como um todo. Para finalizar, o autor também destaca que há alguns domínios, como a Ciência Política, no que tange à aplicação da análise do discurso, que precisam ser mais bem explorados.

A segunda parte do livro é dedicada à análise de interfaces e delimitações entre a LT e outras disciplinas. Nessa seção, diversos autores, companheiros de jornada e especializados em LT e/ou em áreas correlatas, dedicam-se especificamente à análise de diálogos possíveis entre a LT e outras disciplinas, de alguns caminhos de investigação, muitas vezes cogitados como possibilidades de pesquisa — mas não efetivamente percorridos —, e de outros apresentados neste livro como propostas inovadoras de trabalho em LT, que, na nossa opinião, certamente fomentarão e estimularão a criação de novas frentes e perspectivas de análise. Os capítulos dessa parte, escritos por convidados especialistas em LT e/ou em áreas correlatas da Linguística, relacionam a LT com uma grande diversidade de disciplinas, quais sejam: Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática, Sociolinguística, Análise da Conversação, Análise do Discurso, Teoria da Enunciação, Estudos da Cognição e Semiótica, incluindo, também, a relação da LT com as questões atinentes ao Ensino e às Novas Tecnologias.

No quarto capítulo, denominado “Linguística Textual e Fonologia”, que inaugura a segunda parte do livro, **Luiz Carlos Cagliari** e **Gladis Massini-Cagliari** tratam dos sons das línguas e como eles operam na constituição da textualidade, isto é, na constituição dos sentidos do texto. Em outros termos, neste capítulo, Cagliari e Massini-Cagliari buscam investigar como a organização dos sons pode “contribuir para a tessitura da coesão textual e, a partir daí, para a construção dos sentidos, colaborando para a sua coerência”. Os autores mostram que tanto os elementos sonoros, em especial os de natureza prosódica (rimo, entoação, pausa, velocidade da fala, dentre outros), quanto os elementos segmentais (vogais e consoantes), são usados para demarcar a coesão e a coerência textuais. Para Cagliari e Massini-Cagliari, o estudo de elementos sonoros como “ferramentas” de construção de sentidos do texto é algo recente na ciência linguística, e, nesse contexto, a discussão implementada pelos autores mostra que o nível sonoro é extremamente importante e produtivo para compreender fenômenos atinentes à construção do texto.

O quinto capítulo, intitulado “Linguística Textual e Morfologia”, de autoria de **Edson Rosa Francisco de Souza** e **Carlos Alexandre Gonçalves**, busca discutir os limites entre a LT e a Morfologia e mostrar em que medida as relações de proximidade entre os dois níveis de análise linguística são importantes para explicar determinados fenômenos morfológicos. Os autores mostram que as palavras morfológicamente complexas (em especial as nominalizações), os adjetivos, em sua formação *-vel*, e os advérbios em *-mente* exercem diferentes funções na organização e construção do sentido no texto, de modo que as escolhas lexicais feitas pelo falante não são aleatórias, mas sim motivadas por questões cognitivo-discursivas: categorização de referentes no discurso, recategorização, sumarização, atualização e especificação de informações, indicação de força argumentativa, expressão de ponto de vista, paráfrases definicionais e ocultamento do sujeito-agente da ação. Segundo Souza e Gonçalves, o uso de certas nominalizações e outras formações no texto, com funções cognitivas específicas, mostra que o nível morfológico possui uma forte correlação com o nível textual, de maneira que uma análise adequada dessas formações complexas pressupõe sempre a observação de motivações textuais, e a própria concepção de texto.



**Maria Luiza Braga e Maria Conceição Paiva** apresentam, no sexto capítulo, “Linguística Textual e Sintaxe”, uma discussão em torno da relação entre LT e Sintaxe, em especial a Sintaxe sob uma perspectiva funcionalista da linguagem. Nesse contexto, mesmo reconhecendo que o estatuto do texto é diferente para o Funcionalismo linguístico e para a LT, as autoras defendem que um diálogo entre as duas áreas de pesquisa pode trazer contribuições para ambas e que, nesse caso, a inclusão de variáveis textuais no estudo de fenômenos linguísticos diversos, tais como a articulação de orações, é crucial para a devida compreensão das questões formais e funcionais em jogo e para a obtenção de uma explicação mais confiável e criteriosa. Para Braga e Paiva, embora a abordagem funcionalista e a LT partam de pontos distintos — a estrutura linguística, no caso das diferentes abordagens funcionalistas, e o texto, no caso da LT —, essas correntes inevitavelmente se cruzam, segundo as autoras, “quando buscam não apenas descrever, mas principalmente explicar a forma e o uso da língua tanto na sua modalidade falada como escrita”. Focando a análise das orações hipotáticas de tempo, a partir de um macrogênero textual, a correspondência, Braga e Paiva mostram que as diferentes configurações sintáticas que estão a serviço de uma mesma relação semântica [a relação de tempo] se assemelham quando se considera a correlação entre a disposição sintagmática das orações hipotáticas e o seu papel na tessitura textual.

**Marcos Rogério Cintra e Eduardo Penhavel**, no sétimo capítulo, intitulado “Linguística Textual e Semântica”, procuram estabelecer possíveis aproximações, entrecruzamentos e delimitações entre essas duas grandes áreas dos estudos linguísticos. Para tanto, os autores propõem diálogos entre a LT e algumas vertentes dos estudos semânticos, tais como a Semântica Lexical e a Semântica Argumentativa, abordando fenômenos que são de interesse comum entre esses campos de investigação. Relacionando a LT e a Semântica Lexical, Cintra e Penhavel discutem questões referentes à sinonímia, à hiperonímia e à hiponímia. E cotejando a LT e a Semântica Argumentativa, os autores examinam os conectores discursivos. Cintra e Penhavel enfatizam, assim, a possibilidade de um diálogo proveitoso e produtivo entre essas áreas que compartilham o propósito de analisar a significação da linguagem.

No oitavo capítulo, “Linguística Textual e Pragmática”, **Kannavilli Rajagopalan** aborda uma das questões levantadas por Ingelore Koch acerca da

definição de texto “como ato de fala complexo (fundamentação pragmática)” em um dado momento da história da LT, buscando, com isso, indagar sobre os desdobramentos das mudanças drásticas que ocorreram nos últimos anos no tocante à própria noção de “ato de fala”. Em seu capítulo, Rajagopalan tenta mostrar que, assim como o conceito de texto passou por várias mudanças na LT até chegar à ideia de texto como lugar de interação entre atores sociais (fruto de uma visão sociocognitiva da linguagem), o conceito de atos de fala, conhecido na visão mais clássica da Pragmática, também passou por mudanças com o surgimento da Nova Pragmática, o que, na concepção do autor, poderia revigorar a LT, abrindo novas possibilidades de pesquisa.

O nono capítulo, chamado “Linguística Textual e Sociolinguística”, de **Anna Christina Bentes e Renato Cabral Rezende**, trata das relações entre a LT e a Sociolinguística em um sentido mais macro, que inclui a Sociolinguística Interacional e a Sociolinguística Antropológica. Neste capítulo, os autores convidam o/a leitor/a a pensar nessa disciplina como “sociolinguísticas”, ou seja, como um “conjunto de estudos que lidam com as atividades de *interação* e da *linguagem em contexto* — sempre no horizonte das relações entre língua, cultura e sociedade — e que, por essa razão, em muito contribuíram e ainda podem contribuir para o diálogo com os estudos do texto. Entre as questões aventadas por Bentes e Rezende está a tese de que a LT e a Sociolinguística dialogam na medida em “que se atentam para como é que — e a serviço de que — a categorização realizada nos processos de referencição em/por meio de textos promove efeitos de conhecimento e reconhecimento sobre os atores sociais”.

Na sequência, no capítulo “Linguística Textual e Análise da Conversação”, **Kazuo Saito Monteiro de Barros** faz inicialmente uma síntese de algumas das orientações teóricas da LT e discute alguns métodos e temas dessa disciplina, focalizando o desenvolvimento da Perspectiva Textual-Interativa, a análise da relação entre fala e escrita e o estudo dos gêneros textuais. Em seguida, a autora discute, dentre outras questões, os rumos, os métodos e os temas da Análise da Conversação, abordando, por exemplo, a vocação empírica e a metodologia indutiva dessa área, assim como seu foco na questão central de identificar como os atores sociais estabelecem a ordem social nos contextos em que interagem. Barros conclui, então, seu capítulo traçando interfaces e



delimitações entre LT e Análise da Conversação quanto a diferentes questões, tais como a seleção do texto como unidade de análise, o estudo da noção de tópico discursivo e a orientação interdisciplinar dessas disciplinas.

Em “Linguística Textual e Análise do Discurso”, **Francisco Alves Filho** discute várias inter-relações que podem ser estabelecidas entre essas duas disciplinas, abordando, principalmente, as noções de texto e discurso, a questão da significação e da referenciação, os conceitos de gênero de texto e gênero do discurso e o problema da autoria. Dentre outras correlações, o autor mostra que LT e Análise do Discurso constituem duas correntes que tanto se atraem quanto se distanciam uma da outra. A atração, conforme explica Filho, decorreria do compartilhamento de concepções gerais sobre a significação e o papel da língua na vida social, enquanto o distanciamento viria da busca por interface com áreas do saber diferentes: a LT fazendo interface com a Psicologia Cognitiva e a Análise do Discurso se apoiando na Psicanálise.

No décimo segundo capítulo, intitulado “Linguística Textual e Teoria da Enunciação”, **Mônica Cavalcante** e **Carlos Magno Viana Fonseca** (*in memoriam*) relacionam a LT à Teoria da Enunciação, particularmente à Teoria da Argumentação no Discurso. Para os autores, é possível notar um viés teórico-argumentativo em grande parte dos trabalhos em LT no Brasil, o qual, segundo eles, nem sempre seria salientado nesses trabalhos. A esse respeito, Cavalcante e Fonseca procuram mostrar o ganho teórico que as pesquisas em texto/discurso teriam se analisassem as estratégias textual-discursivas como técnicas de persuasão argumentativa e manipulatória, lançando mão de categorias teórico-metodológicas propostas pela Teoria da Enunciação.

Em “Linguística Textual e Cognição”, que compõe o décimo terceiro capítulo do livro, **Edwiges Maria Morato** aponta contribuições da LT para a investigação sobre a cognição humana, assim como alguns impactos da problemática cognitiva sobre os estudos do texto. A esse respeito, a autora analisa a forma pela qual a noção de cognição ganha peso explicativo no estudo do texto, procurando identificar as concepções assumidas por alguns dos principais autores do campo, como Ingedore Koch e Luiz Antônio Marcuschii. No mesmo sentido, Morato discute aspectos da agenda científica que colocam em destaque a interface entre estudos do texto e da cognição, tendência, segundo a autora, de grande interesse contemporâneo.

No capítulo batizado como “Linguística Textual e Semiótica”, **Diana Luz Pessoa de Barros** relaciona a LT à Semiótica discursiva, propondo um espaço de diálogo entre temas de interesse de cada uma dessas grandes áreas dos estudos do texto e do discurso. A autora trata, sobretudo, das questões semióticas de figurativização, tematização e isotopia, valendo-se das noções de coerência, coesão e referenciação da LT. Barros mostra que, embora a LT e a Semiótica discursiva se constituam como ramos distintos com trajetórias históricas e abordagens teóricas diversas, esses dois campos de investigação por vezes se aproximam e se cruzam em vários pontos comuns.

Com um viés voltado para o ensino, **Vanda Maria Elias** discute, no capítulo denominado “Linguística Textual e Ensino”, que a LT, ao reconhecer a complexidade dos processos de constituição e compreensão das práticas textuais, oferece uma abordagem profícua do texto no ensino. Para tanto, a autora propõe uma discussão sobre o chamado texto digital, com foco nas mídias sociais, especificamente o *Twitter*. Elias trata as noções de texto, contexto e suporte e aborda de que maneira os estudos do texto na LT podem oferecer contribuições tangíveis e proveitosas para os desafios do ensino da escrita e da leitura na contemporaneidade, marcada pela chamada cultura digital, em que se destacam mídias sociais similares ao *Twitter*.

Encerrando a segunda parte do livro, **Sueli Cristina Marquesi** e **Ana Lúcia Tinoco Cabral** mostram, no capítulo nomeado “Linguística Textual e Novas Tecnologias”, como a LT pode contribuir para o trabalho de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita no contexto das chamadas Novas Tecnologias. Para tanto, as autoras discorrem sobre o texto e a tecnologia móvel (*m-learning*), especialmente os *tablets*, em ambientes virtuais de aprendizagem. Considerados os produtivos subsídios que a LT pode oferecer a essas novas formas de leitura e escrita no mundo contemporâneo, Marquesi e Cabral leem considerações, por exemplo, sobre as noções de hipertexto, de coerência textual, de plano de texto e de sequências textuais que promovem a elaboração e a organização do texto direcionado ao ambiente *m-learning*.

A terceira parte do livro é reservada a textos mais diretamente dedicados à atuação acadêmica da homenageada nos estudos da linguagem, especificamente sobre a relevância de Ingedore Koch para a Linguística (Textual) e para o ensino em geral.



Inicialmente, **Ataliba Teixeira de Castilho** explica e situa o papel da Profa. Ingedore no desenvolvimento do Projeto de Gramática do Português Falado, à frente do grupo responsável pelos estudos do texto. Em seguida, **Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran** (*in memoriam*) fala da participação de Ingedore na formulação da Perspectiva Textual-Interativa, vertente essencialmente brasileira da LT. Fechando o livro, **Luiz Carlos Travaglia** aborda uma das contribuições mais relevantes da Profa. Ingedore em sua trajetória: sua intensa atuação na produção de bibliografia para professores de Língua Portuguesa dos ensinos fundamental e médio no Brasil.

Dada sua temática e sua configuração, aqui materializada na forma de capítulos diversos que são, de certa forma, complementares, tendo em vista a relação da LT com outras disciplinas, esta obra certamente alcança relevância considerável no cenário dos estudos linguísticos e de áreas afins. Para além da ênfase na questão da interdisciplinaridade em LT e de outras contribuições à ciência da linguagem, a obra, de fato, deve ajudar a definir, de modo cada vez mais aprofundado, em que consiste a LT, assim como outras disciplinas, oferecendo, por extensão, uma discussão sobre o próprio objeto de estudo da Linguística, o que constitui uma reflexão sempre significativa e atual tanto nas ciências da linguagem quanto em qualquer outra ciência. Ademais, o livro deve interessar a um público extenso e diversificado, uma vez que, embora focalize a LT, abrange grande parte do campo de investigação em Linguística, apresentando um grau de profundidade relevante para leitores mais especializados, mas sem deixar de lado o uso de uma linguagem acessível a leitores mais iniciantes nos assuntos abordados. Essa preocupação contemplada, portanto, não somente os interesses de estudantes de graduação e pós-graduação e pesquisadores do meio acadêmico, mas também de profissionais da área de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

Em outras palavras, a nossa expectativa é a de que o leitor familiarizado com a linguagem, em especial com as questões atreladas à construção do texto e suas relações de interfaces com outras disciplinas da Linguística, tenha condições de vislumbrar, a partir do conjunto de textos apresentado ao público, novos temas e objetos de estudo, e, talvez, fomentar a criação de novas linhas de pesquisa no campo da linguagem. Quanto aos leitores não especializados, mas igualmente interessados no tema, como jornalistas,

publicitários, advogados, etnólogos e professores de língua materna e estrangeira, esperamos que encontrem nesta obra algum acalento para suas indagações sobre fatos linguísticos e explicações diversas sobre o funcionamento da língua/linguagem.

Gostaríamos de agradecer à colega Anna Bentes por todo o apoio, o profissionalismo e o companheirismo durante as fases de desenvolvimento e finalização do projeto de publicação deste livro. Seu empenho foi essencial para que a nossa ideia se tornasse concreta. Somos gratos também à Cortez Editora, que, mesmo diante de um cenário de crise econômica, acreditou em nosso projeto e não mediu esforços para colocar o livro no mercado.

Por fim, esperamos, como organizadores e ex-orientandos, que este livro possa se colocar minimamente à altura de uma homenagem à Profa. Ingedore Koch, que tanto contribuiu para a nossa formação acadêmica e pessoal. O nosso desejo é o de que esta obra possa expressar o amplo reconhecimento, por parte da comunidade acadêmica, da grandiosidade e da importância do conjunto de trabalhos da autora.

Um viva à Inge. E uma boa leitura a todos.

*Edson Rosa Francisco de Souza*

*Eduardo Penhavel*

*Marcos Rogério Cintra*

Organizadores



## CAPÍTULO 5

## Linguística Textual e Morfologia\*

Edson ROSA FRANCISCO de SOUZA

*Universidade Estadual Paulista/UNESP-São José do Rio Preto*

Carlos Alexandre GONÇALVES

*Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRRJ-CNPq*

## Considerações iniciais

O objetivo do capítulo é discutir as relações existentes entre a Linguística Textual, que toma como objeto de estudo o texto, e a Morfologia, que tem como objeto de estudo a palavra (em sua estrutura e meios de formação), com vistas a identificar os limites entre as duas áreas de pesquisa e mostrar em que medida as relações de imbricamento entre os dois níveis de análise linguística são importantes para a análise de determinados fenômenos morfológicos, tais como as nominalizações e outros processos de formação

\* Gostaríamos de agradecer a Maria Angelica de Oliveira Penna, também ex-orientanda da Profa. Ingeclore Koch, pela leitura cuidadosa deste texto, que nos permitiu refinar alguns pontos importantes da discussão. É claro que os problemas persistentes no capítulo são de nossa inteira responsabilidade.

de palavras, em especial as formações *X-vel*. Em outros termos, a exemplo do que faz Basílio (2004, p.31), o intuito é mostrar que, muitas vezes, as motivações e as explicações para a criação de novas palavras na língua vêm de outros níveis de organização da linguagem, tais como o texto. Nesse ínterim, a proposta mais geral do capítulo é demonstrar que entre os níveis de análise linguística, como o morfológico e o textual, pode-se observar tanto a presença de relações de interdependência, no sentido de que um nível de análise complementa o outro, quanto relações de independência, no sentido de que as relações entre esses níveis se dão de forma isolada.

Para cumprir tal objetivo, o capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos o percurso histórico da Linguística Textual nas últimas décadas, buscando situar a relação do seu objeto de estudo com outros níveis de análise linguística; na seção 3, tratamos das funções das palavras de natureza complexa; na seção 4, discutimos as relações de dependência e independência existentes entre Morfologia e Texto bem como as relações entre os processos de formação de palavras e os processos de referenciação e progressão textual/temática, que são tipicamente estudados no âmbito da Linguística Textual. Por fim, nas considerações finais, apresentamos os desafios de pesquisa e algumas tendências de estudo sobre Morfologia e de suas interfaces com outros níveis de organização da linguagem, além dos diálogos possíveis entre a Linguística Textual e outras ciências.

## 1. A Linguística Textual e a relação de seu objeto de estudo com outros níveis de análise

Em sua fase inicial, que começa na segunda metade dos anos 1960 e se estende até meados da década de 1970, a Linguística Textual (LT) preocupou-se, primeiramente, em estudar os mecanismos coesivos operantes entre duas ou mais sequências frasais, que compunham o que se chamava, nesse momento, de texto (Koch, 1999; 2004). Dentre os fenômenos analisados sob essa perspectiva teórica inaugural, estão a correferência, a justaposição e outros processos que se distribuem entre os limites dos enunciados, razão



pela qual os analisistas do texto privilegiavam, nessa época, conforme Koch (2004, p. 3), as relações referenciais, consideradas importantes fatores da coesão textual. Em (1), por exemplo, o pronome *ele* é usado para retomar o referente o *professor de Geografia*, estabelecendo, assim, uma relação coesiva entre duas orações, fenômeno conhecido como pronominalização:

- (1) O professor de Geografia faltou hoje. Ele estava doente.

Nessa fase da teoria, o estudo das relações referenciais limitava-se, ainda segundo Koch (2004, p. 4), aos processos referenciais de remissão anafórica e catafórica, nos quais os pronomes é que assumiam o papel de tornar uma sequência de frases um texto, resultando daí a definição de texto como uma “sucessão de unidades linguísticas constituída mediante uma concatenação pronominal ininterrupta” (Koch, 2004, p. 4). Até este momento, a observação e a análise de relações de (inter)dependência entre níveis de análise, tais como o morfológico e o textual, ainda não integravam a agenda de trabalho da LT ou então eram muito incipientes, uma vez que os estudos recaíam basicamente sobre as relações coesivas de indexação, em que a análise morfológica de palavras não apresentava propriamente uma relação com o nível textual. No entanto, com o início dos estudos sobre os fenômenos remissivos não referenciais, como as anáforas associativas e indiretas (Isenberg, 1968), ilustradas em (2) e (3), dentre outros, o cenário de pesquisa em LT começou a mudar, já que tais fenômenos relacionais não se enquadravam na perspectiva de análise em vigência:

- (2) Fui a um casamento ontem. A noiva estava deslumbrante.<sup>1</sup>  
 (3) O Ministério Público de Santa Catarina conseguiu garantir o serviço de táxi para pessoas com necessidades especiais. Na ação civil pública, o promotor de justiça diz que a lei municipal existe e deve ser cumprida pelo prefeito. (<https://goo.gl/zQqGB4>, Adaptado)

Em (2), tem-se um caso de anáfora associativa, no qual a expressão nominal *a noiva* faz referência ao evento *um casamento*. Segundo Haag e Othero (2003), a relação anafórica, nesse caso, é associativa, pois o termo

referencial (*a noiva*) não representa a mesma entidade designada pelo termo ao qual ele se refere (*casamento*), tanto que, em termos semânticos, a expressão nominal *a noiva* representa um indivíduo e a nominalização *um casamento* representa um evento (ou estado-de-coisas). Já em (3), o que se tem é uma anáfora indireta, pois, apesar de não existir uma relação de sinonímia e de equivalência direta entre expressão nominal *Ministério Público* e o nome *promotor*, ambos se referem, com base em Haag e Othero (2003), a um mesmo indivíduo metonimicamente.

A partir do momento em que passa, então, a considerar esses casos de remissão não referenciais como fenômenos de seu interesse, uma nova agenda de estudos se coloca para a LT, que parte, portanto, em busca de uma redefinição do seu objeto de estudo e do mapeamento das possíveis relações de construção de sentido existentes entre os níveis de organização da linguagem. Os exemplos (2) e (3) já são evidências de que o entendimento do texto como um todo vai além das relações interfásicas, meramente textuais, como se vê em (1), haja vista que as relações de sentido de ambos os textos mobilizam também informações cognitivas (sabe-se, por exemplo, que um casamento pressupõe a presença de uma noiva, um noivo, padrinhos etc), casamento pressupõe a presença de uma noiva, um noivo, padrinhos etc), que extrapolam, dessa forma, o nível frasal de análise. Verifica-se, em (2) e (3), que há, por exemplo, certa relação de motivação entre o que ocorre no plano morfológico, em termos de formação de palavras, e o plano textual, em termos da funcionalidade dessas palavras no texto, tendo em vista que as escolhas lexicais feitas pelo falante não ocorrem ao acaso, mas são motivadas pela necessidade que o falante tem de promover a progressão referencial do texto, sem perder de vista o(s) seu(s) referente(s).

Em um de seus livros, intitulado *As tramas do texto*, em especial no primeiro capítulo sobre os princípios teóricos da LT, Koch (2014) trata extensivamente dessas questões.

[...] a LT, ao contrário da grande maioria dos modelos em Gramática Funcional, não adota uma postura modular, como a “teoria da cebola”, em que os diversos níveis ou camadas em que se faz a descrição linguística são vistos como superpostos ou acrescentados uns aos outros sucessivamente. Adota-se, isto sim, a posição de que o processamento textual acontece *on-line*, simultaneamente em todos os níveis, ou seja, a postura da LT é processual e holística. (p. 12-13)

1. O exemplo (2) é adaptação de um exemplo encontrado em Koch (2004).



Para Koch, com o avanço dos estudos sobre a constituição do texto, a LT deixa de conceber a língua como sendo organizada em níveis e módulos independentes, a exemplo do que propõe a teoria gerativista de Noam Chomsky, e passa a vê-la como organizada em níveis de análise interconectados, de forma que as relações de sentido de um texto não se restringem única e exclusivamente a um único plano. Para a autora, como veremos mais adiante, o processamento do texto ocorre de forma interativa e sociocognitivamente instituída, envolvendo todos os níveis de organização da linguagem, de modo que podemos dizer que há diversos fenômenos linguísticos, situados nos níveis fonológico, morfológico e sintático, por exemplo, que mantêm algum tipo de dependência com o nível textual. Dentre os fenômenos que evidenciam uma estreita relação entre o nível textual e o nível fonológico, podemos citar, por exemplo, o parêntese modal (Tenani, 2002).<sup>2</sup> Já as relações de interdependência entre o nível textual e o nível sintático podem ser exemplificadas com as orações desgarradas (Decat, 2009),<sup>3</sup> que são independentes sintaticamente, mas ancoradas discursivamente.

2. Vejamos alguns exemplos de parêntese modal (extraídos de Tenani, 2002, p. 65):

- (1) a. ele tem que / rec:partir / aquele poder / *digamos assim* / de exclusivismo / com os seus / assessores imediatos (DID-REC/131-RE)  
 b. os chamados departamentos / médico-odontológico / que são setores *como já frisei anteriormente* / da mais relevante importância / dentro do contexto / do desenvolvimento (DID-REC/131-RE)

Em (1a), segundo Tenani (2002, p. 65-66), a expressão em negrito funciona como uma espécie de estratégia de modalização por parte do falante acerca do que está falando, e sua delimitação no texto, nesse caso, coincide com a presença de pausas. No entanto, para a autora, os parênteses modais não são somente delimitados pela presença de pausas, mas também por outras evidências prosódicas, tais como mudança ou variação na tessitura e alteração na velocidade de fala, como em (1b). Em outras palavras, para Tenani, as estruturas parentéticas, como em (1a, b), constituem, nos termos de Nespor e Vogel (1986), uma frase entoacional (*I*), cuja delimitação no texto nem sempre coincide com a presença de pausas.

3. O exemplo (2) ilustra um caso de interdependência entre o plano textual e plano sintático:

- (2) Um tênis para ser usado à noite. *Mesmo que você corra de manhã*. (Boa Forma, 2008, apud Decat, 2009)

Para Decat (2009, p. 2141), a expressão em negrito constitui uma oração desgarrada, pois ela apresenta uma curva entoacional de início e fim de enunciado, e uma pausa que separa a oração desgarrada de qualquer outra unidade oracional caracterizada como independente em termos sintáticos. A dependência,

Outro tipo de fenômeno linguístico que torna clara a limitação da perspectiva transfrástica, focada nos limites dos enunciados, e das gramáticas do texto, arquitetadas em particular por linguistas de orientação gerativista, é a retomada anafórica por encapsulamento. Trata-se de um tipo de anáfora, operada por nomes e pronomes demonstrativos (como *esse*, *essa*, *aquele*, etc.), que extrapola os limites oracionais e envolve porções maiores de texto:

- (1) O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul derrubou nesta quinta-feira (13) a liminar que suspendia as nomeações de aprovados em concurso suspenso da SEFAZ (Secretaria Estadual de Fazenda).

A decisão diz que mesmo com as denúncias de irregularidades, o concurso deve seguir seu trâmite e os aprovados devem ser nomeados até o julgamento definitivo da ação pública. O TJ alega ainda que não há “fato novo capaz de modificar a decisão”.

[...]

[Comentário de um internauta]: Não há fato novo? As escutas divulgadas envolvendo coletor de dinheiro do João Amorim, o André Cance, adjunto da SEFAZ, e o Mauro Cavalli são o quê? Não se somariam às outras provas de que houve jogo combinado? Ou mera coincidência que justamente um motorista tenha passado no concurso por mérito e, por coincidência, seja amigo de toda essa gente influente a tal ponto de acertarem sua nomeação diretamente ao futuro governador? Admira-me o sindicato de servidores da SEFAZ estar mudo, aceitando *esse avacalhamento* todo, e total desmoralização dos servidores. (Portal Midiamax, 13 de agosto de 2015)

Apesar de se assemelhar a uma forma referencial anafórica “*comum*”, a expressão “*esse avacalhamento*”, em (4), além de fazer remissão a algo expresso anteriormente, atua também como encapsulador,<sup>4</sup> pois serve para nomear caso, é definida em termos discursivos, já que a relação com outra oração se estabelece em um plano pragmático. Esse fenômeno sintático possui uma forte correlação com o nível textual, no sentido de que essas estruturas desgarradas operam na organização do fluxo informacional do texto/discorso, trazendo informação nova, quebrando expectativas, ajustando informação etc.

4. Os casos clássicos de remissão anafórica por encapsulamento são aqueles efetuados por pronomes demonstrativos neutros (como *isto*, *isso*, *aquilo* etc.), como se observa em (3):

- (3) Geólogos encontram “continente perdido” submerso no Oceano Índico.

Obececendo por “Breking Bad”, satanista mata policial e detrece corpo em ácido.

Janoi pede abertura de inquérito contra Jucá, Kennn, Sarney e Sérgio Marchado.

Chuva forte deixa toda capital paulista em estado de alagção para alagamentos.

Indiãção de Alexandre de Moraes para o STF é confirmada por Michael Temer.



retomar um conjunto de eventos e/ou acontecimentos sobre o concurso da SEFAZ-MS, considerados pelo internauta como vexatórios e fraudulentos, e torná-lo um objeto de discurso, a saber: (i) as escutas envolvendo o coletor de dinheiro do João Amorim, André Cance, adjunto da SEFAZ, e Mauro Cavalli, terem sido divulgadas; (ii) haver outras provas de que houve jogo combinado no concurso; (iii) o fato de um motorista ter passado no concurso por mérito e ser também amigo de pessoas influentes no governo; e (iv) o sindicato de servidores da SEFAZ não emitir uma nota sequer sobre o assunto. Além disso, o uso da expressão “esse avacalhamento” serve ao falante/usuário da internet, como veremos adiante, como estratégia sociocomunicativa de descomprometimento quanto ao conteúdo da informação, uma vez que, ao optar por rotular todos os acontecimentos como um avacalhamento, sem explicitar o(s) agente(s) responsável(is) pelo processo, o falante se descompromete com o que é dito sobre o assunto.

Como vimos até aqui, tanto na fase das análises transfásicas quanto na fase da construção de gramáticas do texto, os estudiosos debruçavam-se basicamente sobre o estudo da coesão (ou da coerência, a que muitas vezes era equiparada), entendendo-as como qualidades ou propriedades do texto (Koch, 2004). Entretanto, os casos de anáforas associativas e indiretas e encapsulamentos emergiram, nessa época, como desafios de análise ao modelo de LT em voga, o que suscitou de seus praticantes uma nova guinada teórica.

Tempos depois, já na década de 1980, apoiando-se em uma perspectiva pragmático-enunciativa, a LT passa a considerar a coerência não como uma mera propriedade do texto em si, mas como um fenômeno mais amplo, que se “constitói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional” (Koch, 2004, p. xiii). No Brasil, os autores que desportaram nessa linha de pensamento, foram, entre outros, Marcuschi (1983), Koch (1987, 1989, 1992), Fávero e Koch (1983), e Koch e

Trump tenta derrubar veto judicial a decreto que dificulta imigração nos EUA.

*Assó* é o que circulou pelos jornais do Brasil e do mundo no começo de 2017.

Em (3), o pronome *assó* encapsula um conjunto de manchetes jornalísticas justapostas no contexto em questão. Trata-se, pois, de um tipo de referência anafórica, que vai além dos tipos de relações referências pronominais.

Travaglia (1989, 1990). De acordo com Koch (2004), nesse período, passam a fazer parte do objeto de estudo do texto aspectos como informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade, contextualização, focalização, consistência e relevância, que evidenciam claramente a mudança de direção dos estudos do texto para um viés mais interacionista.

As próprias concepções de texto que foram se firmando ao longo da história da LT, levando-a a redefinir suas bases teóricas e a assumir novas perspectivas de análise, são representativas das fases teóricas discutidas anteriormente e de sua fase atual:

- a) texto como frase complexa (*concepção de base gramatical*);
- b) texto como signo complexo (*concepção de base semiótica*);
- c) texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (*concepção de base semântica*);
- d) texto como ato de fala complexo (*concepção de base pragmática*);
- e) texto como produto acabado de uma ação discursiva (*concepção de discursiva*);
- f) texto como meio de comunicação verbal (*concepção de base comunicativa*);
- g) texto como resultado de processos cognitivos (*concepção de base cognitivista*);
- h) texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção intencional de sentidos (*concepção de base sociocognitiva-interacional*). (Koch, 2004, p. xii)

É na década de 1980, segundo Koch (2001, 2004), que a abordagem cognitiva do texto começa a se configurar com mais clareza, graças aos estudos, em especial, de van Dijk e Kintsch (1983). Nesse período, o texto passa a ser visto como um processo, que envolve diversas estratégias cognitivas, tanto no que se refere à produção quanto à compreensão. Nesse caso, pode-se dizer, segundo Koch (2004, p. 26), que as operações cognitivas “são aquelas que consistem na execução de algum *cálculo mental* por parte dos interlocutores”, tais como as inferências, que permitem ao indivíduo gerar algum tipo de informação nova a partir de alguma informação dada no (con) texto em questão. Isso acontece porque apenas parte das informações está



explicitada no texto, o que leva o leitor ou ouvinte a construir “novas representações mentais” (Koch, 2004, p. 27) entre as informações que são dadas no texto e aquelas que são inferidas por ele a partir do texto e do contexto.

Por conta disso, Koch (2014) destaca que:

[...] o processamento textual é estratégico. As estratégias de processamento textual implicam a mobilização *on-line* de diversos sistemas de conhecimento. O processamento estratégico depende não só de características textuais, como também de características dos usuários da língua, tais como seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo, quer se trate de conhecimento de tipo episódico, quer do conhecimento mais geral e abstrato, representado na memória semântica ou enciclopédica. (Koch, 2014, p. 18)

Nesse tipo de abordagem, os interlocutores da comunicação são vistos como sujeitos que possuem diferentes conhecimentos e saberes estocados na memória acerca de suas experiências e atividades na vida social (Koch, 2014, p. 17), que precisam ser ativadas durante a comunicação a fim de que seus objetivos sejam plenamente alcançados. Assim, durante o processo de construção do texto, é natural que o escritor/falante, ao estipular os seus propósitos comunicativos, traga certas expectativas para a situação de produção e ative informações, conhecimentos e experiências que o ajudem a atingir suas metas. Heinemann e Viehweger (1991, apud Koch, 2014, p. 17) assinalam que, durante o processamento do texto, há quatro grandes sistemas de conhecimento que podem ser ativados pelo falante: o linguístico (conhecimento gramatical e lexical), o enciclopédico (conhecimento de mundo/vivência), o interacional (conhecimento referente às formas de *inter-ação* pela linguagem, isto é, às normas comunicativas) e o de modelos textuais globais (conhecimento que permite ao falante reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo textual).

No entanto, apesar de todas essas contribuições trazidas pelas ciências cognitivas, e muitas delas incorporadas à LT e até hoje consideradas nos estudos do texto, a separação entre exterioridade e interioridade proposta pelo cognitivismo clássico começou a ser questionada com mais veemência pelos especialistas, justamente pelo fato de o Cognitivismo entender a relação

entre a língua e exterior como representações especulares da realidade, pondo, assim, uma separação estrita entre mente e corpo, isto é, entre o individual e o que é social (de experiência), e deixando de lado a relação entre linguagem e o meio social.

Sobre esse aspecto, Koch observa que

nosso cérebro não opera como um sistema de espelhamento, ou seja, maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ela reelabora os sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Essa elaboração essencialmente no discurso. Também não postula uma reelaboração sul-individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (Koch, 2004, p. 57)

Essa tomada mais cognitivista deixou de explicar o fato de os referentes serem construídos, não externamente, mas discursivamente, construção negociada do texto, como objetos de discurso,<sup>5</sup> isso graças à própria instabilidade semântica do léxico da língua, que possibilita que itens lexicais sejam usados na comunicação com diferentes sentidos.

É o que afirmam, por exemplo, Koch e Cunha-Lima:

A representação simbólica clássica parece inadequada pela sua excessividade e sua não-historicidade, para explicar, por exemplo, como as palavras podem ter sentidos tão flexíveis e, por outro lado, frequentemente tão precisos quando em uso. (Koch; Cunha-Lima, 2004, p. 272)

A virada sociocognitiva vem, então, mostrar que há muitos “processos cognitivos que acontecem na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos” (Koch, 2014, p. 19), motivo pelo qual tal perspectiva defende que os aspectos sociais, culturais e interacionais sejam também incorporados à compreensão do processamento cognitivo do texto.

5. Os casos clássicos de referência apontam para uma relação de correspondência entre as coisas do mundo, já os objetos de discurso não definidos como objetos cuja existência é esta discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas (Mondada, 2003, p. 35).



Dentro dessa nova roupagem da LT, as interações com o meio se tornam o *locus* de emergência dos sentidos, de modo que o conceito de *relação*, constantemente utilizado para entender a mediação que existe entre linguagem e mundo, desloca-se para o conceito de *ação* como sendo o próprio lugar de construção dos sentidos.

Trata-se da perspectiva sociocognitiva, que não postula nem a relação natural nem convencional, mas uma relação instável, social, histórica e negociada entre linguagem e mundo: *relação como ação*. (Marcuschi, 2004, p.265)

É neste contexto de redefinições do objeto de estudo da LT que se verifica o deslocamento da noção de **referência**, amplamente difundida nas fases anteriores da LT, para a noção de **referencição**, isto é, de reconstrução do próprio real (Koch, 2014, p. 33), que é atualmente a noção utilizada pelo viés sociognitivista da LT. Nesse novo *modus operandi*, o texto passa a ser visto “como o lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que — dialogicamente — nele se constroem e por ele são construídos” (Koch, 2014, p. 31). Tal assunção está baseada no fato de que, sempre que usamos uma forma simbólica como a linguagem, “manipulamos a própria percepção da realidade de maneira significativa”. Vejamos o que diz Mondada (2001) sobre o processo de referencição:

[a referencição] não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores. (Mondada, 2001, p. 9)

Em suma, é com base nos preceitos teóricos da perspectiva sociocognitivista da linguagem que mostraremos, nas próximas seções, como o processo de formação de palavras complexas, que constitui o objeto de estudo da Morfologia, está, em muitos contextos, diretamente atrelado a motivações que são decorrentes de outros níveis de análise, como o texto. Em outras palavras, buscaremos mostrar que, muitas vezes, as explicações para a escolha de uma dada palavra e não de outra, ou a criação de novos

vocabúlos na língua, passam pela construção colaborativa de sentidos entre atores sociais (em termos de conhecimento compartilhado), que se encontram sócio-histórica-culturalmente situados.

## 2. Funções das palavras morfológicamente complexas

Toda vez que o falante cria ou emprega uma palavra morfológicamente complexa,<sup>6</sup> há, subjacente ao ato, uma motivação, uma necessidade de diversas ordens, como vimos na seção anterior. Rocha (1998), baseando-se em Basílio (1987), sustenta que a utilização e a criação de construções morfológicas estão relacionadas a três fatores, fundamentalmente:

- (i) as exigências do sistema linguístico;
- (ii) a influência do sujeito falante; e
- (iii) o papel das funções semânticas.

O autor faz um paralelo com motivações para a criação de novas palavras, apresentadas por Basílio (1987), e chega ao seguinte inventário de funções: (a) função de mudança categorial (por exigência do sistema linguístico); (b) função expressiva de avaliação ou discursiva (por influência do sujeito falante); e (c) função de denominação ou rotulação (relacionada com o aspecto semântico), sendo essas duas últimas as que nos interessam.

A função de mudança categorial está relacionada à necessidade de se empregar uma palavra de determinada classe em contexto que requer classe diferente daquela especificada na base-*input*. Por exemplo, a forma “caetano-*ar*”, cunhada pelo compositor Djavan, vale-se da anexação do sufixo verbal *-ear* à forma nominal “Caetano”, levando, dessa forma, a uma mudança categorial, ou seja, a partir de um nome próprio formou-se um verbo. Outro exemplo que se vale do sufixo verbal *-ear* é a forma “vanusear”, usada para

6. As palavras morfológicamente complexas, tais como *infelizmente*, caracterizam-se como formas que permitem a decomposição em mais de um formativo, como em: *in- / feliz- / -mente*.



se referir ao episódio ocorrido na Assembleia Legislativa de São Paulo, em que a cantora Vanusa errou a letra do Hino Nacional, misturando e pulando partes da letra. Tal acontecimento foi ocasionado, segundo a cantora, por uma crise de labirintite, que a deixou desorientada, dando a sensação de que estava alcoolizada. Assim, quando as pessoas querem inovar, provocar algum tipo de riso em alguma festa, por meio de *karokê*, elas dizem que vão “vanusar”.

Dois aspectos merecem destaque na formação de “caetanear” e “vanusar”: em primeiro lugar, a nova categorização lexical por exigência das necessidades comunicativas e expressivas do falante. Por outro lado, ao utilizar um tipo de base em geral não previsto no esquema das formações *X-ear*, que prioriza substantivos comuns abstratos (e não nomes próprios), tal processo permite ao falante criar novos termos sem sobrecarregar a sua memória, além, é claro, de evitar o uso de uma forma perifrástica para expressar o mesmo conteúdo do verbo em questão. Assim, a função de mudança de classe possibilita adequação sintática e manifestação de novos significados a partir do acréscimo de afixos (momento sufixos) que criam formas em que base e produto diferem na especificação categorial.

Como a formação e a estruturação de palavras pelos vários processos morfológicos do português nem sempre estão vinculadas a uma mudança de classe, conclui-se que a função de mudança categorial não dá conta de todas as motivações que levam à formação de (novas) construções morfológica-mente complexas na língua. A prefixação é um caso típico de mecanismo que não altera a natureza categorial da base, como em (5), no qual o formativo *re-* não impõe mudança de classe às palavras, isto é, *ler* e *reler* continuam na categoria de verbo:

- (5) João *leu* e *releu* o bilhete, mas não conseguiu chegar a nenhuma conclusão definitiva.

A função expressiva de avaliação (ou discursiva), por sua vez, divide-se em dois tipos, como mostra Basílio (1987): (a) função subjetiva e (b) função textual. A primeira caracteriza-se pela necessidade de o falante expressar carga emocional variada a partir do uso de certos afixos derivacionais, ou seja, de acrescentar conteúdos subjetivos a uma forma lexical neutra. Um caso típico é o emprego de sufixos intensificadores, afetivos e enfáticos.

Como observa Gonçalves (2016, p. 42), afixos de grau podem envolver a manifestação de carinho, ternura, amor, simpatia/empatia, não somente para com pessoas, como é o caso da formação de hipocorísticos (*Alê*, para *Alexandre*; *Dé*, para *André*) e das modificações expressivas (*mamis*, para *manãe*, e *papis*, para *papai*), mas também em relação a outros seres animados (*leãozito*, para *leão*); e podem expressar compaixão (*tadinho*) ou alenar condições miseráveis, deficiências e males (*aleijadinho*). Por outro lado, esse tipo de afixo pode envolver a manifestação de desprezo (*livreco*, *velhote*), envolvendo, ainda, “a designação de coisas de pouco valor ou de pouca importância (*namorico*) ou formas de tratamento depreciativo (*gentinha*, *alcoviteiro*)”. Os exemplos listados acima demonstram as possibilidades de carga emocional veiculadas nos variados afixos de grau, que podem ser usados com características afetivas, mas também podem ser pejorativos, como no vê nos exemplos a seguir, extraídos de Gonçalves et al. (2010, p. 151):

- (6)
- Abelardo é **resmungão**, **reclamão** e, ainda por cima, **bocão**... Come à beça.
  - O Rogerinho é **pidão** demais... **Mó filão**... Vive me pedindo cigarro!
  - Toda hora Inácio vai ao banheiro: ele é simplesmente um **nição**.
  - Não gosto desse tipo muito **entrão**.
  - O **chorão** do Nicanor ficou amarrado na Magnólia.

Em todos os exemplos em (6), o *input* da operação morfológica é um verbo e o teor negativo expresso pela construção provém do excesso com que o agente pratica o que se especifica na base, nem sempre marcada pela expressão da pejoratividade (“entrar”, “pedir”, “chorar”).<sup>7</sup> Obviamente, dados como “resmungão”, “chorão” e “reclamão” estão relacionados à estereotípia, ou seja, ao caráter social da deturpação, uma vez que o exagero é avaliado negativamente pelo falante, que manifesta um posicionamento crítico em relação à entidade referida. Tais usos estão diretamente ligados à *intensidade*, atualizada na construção pelo aspecto iterativo, que imprime às formas *X<sub>v</sub>-ão* caráter nitidamente depreciativo.

7. Como observa Rosa (1983), agentes frequentativos *X-ão* são encontrados em formas verbais de 1ª conjugação. Nos poucos dados de 2ª e 3ª conjugações, a sequência isolável nem sempre é *-ão*, como se verifica em “comilão”, “banheirão” e “beberriação”.



Há outros sufixos em português que podem, segundo Sandmann (1989), também expressar a noção de depreciatividade, tais como os que seguem abaixo:

- (7) a) sufixo *-agem*, como em: pilantragem, sacanagem, barbeiragem.  
 b) sufixo *-ção*: falação, perguntação, sarracão.  
 c) sufixo *-eira*: roubalheira.  
 d) sufixo *-ismo*: produtivismo, assistencialismo.

Em português, são muitos os substantivos com o sufixo *-agem*, como visto em (7a), formados a partir de substantivos ou adjetivos, que expressam uma avaliação pejorativa (Sandmann, 1989, p. 72). O valor depreciativo em geral já se encontra na própria base substantiva ou adjetiva, sendo, pois, reforçado pelo sufixo *-agem*, como em “pilantragem” e “sacanagem”, em que os adjetivos/substantivos “pilantra” e “sacana” já carregam o significado pejorativo. No entanto, em casos como “barbeiragem” e “farofagem”, também muito recorrentes na língua, a avaliação pejorativa é atribuída apenas ao sufixo em questão, já que as bases nominais “barbeiro” e “farofa” não trazem, em princípio, essa leitura depreciativa. O mesmo acontece em (7b), com as palavras “falação”, “perguntação”, e em (7d), com as palavras “produtivismo” e “assistencialismo”, em que as respectivas bases (falar, perguntar/ produto, assistência) são desprovidas de significado depreciativo.

É importante destacar, segundo Sandmann (1989, p. 78), que a “pejoratividade das formações em *-ismo* não advém de um sentido intrinsecamente negativo de *-ismo*, como acontece com *-ice* e *-ento*”. Para o autor, é o contexto ou são fatores culturais que são responsáveis pela negatividade dessas formações, tendo em vista que, em outras situações, tal sufixo adquire um valor “neutro” ou positivo, como em “cubismo” ou “naturismo”.

Já a formação “sarracão”, em (7b), considerada recente no português por conta da cultura funk, e a formação “roubalheira”, ilustrada em (7c), também carregam o significado de deprecição nas próprias bases. No caso de (7b), o verbo “sarrar” significa “roçar os órgãos genitais em outrem para se insinuar sexualmente” (Dicionário Informal, 2017). Entretanto, de acordo com Sandmann (1989), os sufixos *-ção* e *-eira* integram o mesmo grupo daqueles sufixos que não são semanticamente pejorativos, uma vez

que também podem formar outras palavras, cujas avaliações ou são neutras (*videira*) ou são positivas (*salvação*).

Outro caso interessante e recente no português são as formações *X-iane*, de natureza predicativa, muito comuns na língua em contextos que também envolvem algum tipo de avaliação depreciativa. Ao que tudo indica, tais formações, como exemplificadas em (8) e (9), são, segundo Andrade e Rondinini (2016, p. 122), decorrentes de um processo de formação de palavras por analogia a outros esquemas morfológicos abstratos, que já se encontram consolidados na língua e são devidamente conhecidos pelo falante, a partir dos quais novas palavras são criadas na língua, mantendo-se um mesmo padrão construcional.

- (8) Usuário do Twitter: Postei isso aqui, pra vocês verem como Murilo me trata... #sercotiane #falsiane #sonsiane #feitosiane #ontiane #tonguiane #feguiane.  
 (9) Usuário do Instagram: Balelaine, crecianiame, putiane, sonsiane, retardadiane, vadiame, vagabundiane, ontiane, gordiane, pirainhaine, cadeliane, falsiane.

Conforme Andrade e Rondinini (2016, p. 142-43), esse tipo de formação, ao “adquirir o significado de ‘pessoa que é’, assim como a maioria dos *splinters*” finais, exibe muitas características de sufixos”, pois (a) estabelece uma relação de subordinação com o primeiro elemento do tipo: determinante-determinado, (b) tende a se comportar como uma forma presa, e (c) figura na margem direita da palavra, posição tipicamente ocupada por sufixos. Dessa forma, por apresentar um caráter híbrido, os autores preferem classificá-los como um formativo que se coloca, no *continuum* radical-afixo, entre as categorias de *splinter* e sufixo.

Assim, em vista do exposto, pode-se dizer que a função subjetiva tanto pode expressar conotação positiva, como *mamis* e *papis*, em que a modificação da palavra-base demonstra carinho, afeição, como também conotação pejorativa, como se observa nos casos em (6). Em resumo, essa função revela tudo o que passa pela avaliação do falante-emissor, daí

8. Fragmentos de uma palavra formada por cruzamento vocábular (como *sorvete+panetone = sorvotone*) que permanecem em novos cruzamentos vocabulares, como em: *chocolate, fritalone* etc.



Gonçalves (2016) utilizar o termo **atitudinal** para denominar essa faceta das construções morfológicas.

A função textual, por seu turno, caracteriza-se pela possibilidade de ocultamento do sujeito, adequação a tipos de discurso, factividade, rotulação, paráfrase e anáfora, entre outros aspectos (Gonçalves, 2011). Essa função, por ser central neste capítulo, será descrita com mais vagar na seção 4, em que discutimos as relações de proximidade entre texto e morfologia, e as funções cognitivo-discursivas dos processos de formação de palavras. Por ora, é interessante destacar que a função textual, ainda nos termos de Basílio (1987), não é exclusiva da nominalização deverbal (afixal ou regressiva). Outros processos, como a formação de adjetivos em *-vel*, descritos na seção 4.3, igualmente apresentam tal função.

Em síntese, podemos pensar pelo menos em quatro funções fundamentais da morfologia: (a) a **função de rotulação**, “que corresponde, naturalmente, a necessidades semânticas” (Basílio, 1987, p. 66), (b) a **função de alteração categorial**, que responde por necessidades de mudança de classe, (c) a **função textual**, relacionada aos processos com relevância também em nível de texto, e (d) a **função atitudinal**, pela qual se externalizam atitudes e crenças do emissor e sua necessidade de expressar seus pontos de vista, positivos (como em *roupiçha*, “roupa bem transada, com que se sai na *nighr*”) ou negativos (*portuga*, “designação depreciativa a alguém de nacionalidade portuguesa”) sobre algo.

Nas próximas seções do capítulo, procuramos mostrar, através da análise de dados, de que maneira a relação entre Morfologia e Texto pode ser exemplificada na prática.

### 3. Morfologia e Texto (des)limites

#### 3.1 A relação entre Morfologia e Texto

Nas gramáticas tradicionais e livros didáticos, consideramos problemática a separação dos processos morfológicos em relação ao texto, de modo

que as estratégias utilizadas pelos redatores ao empregar e formar palavras complexas não parecem ter relação direta com produções textuais. Nesse tipo de obra, não há relação do texto para com as motivações listadas nas seções 2 e 3, de maneira que o ensino de Morfologia nas escolas acaba se voltando exclusivamente para o que acontece dentro da própria Morfologia, sem relação com (a) o uso real da língua e (b) sua verdadeira motivação no nível de texto.

Como aponta Basílio (1987), nos processos atinentes à mudança de classe geralmente estão em jogo duas funções das operações morfológicas: a função sintática e a função textual. Vejamos, por exemplo, o caso das construções *X-mente*. Numa perspectiva morfológica, salta aos olhos a função de mudança categorial. Paralela à mudança em nível morfológico, atua outra no plano sintático, em que um adjetivo, como “súbita”, deixa de exercer a função de modificador em relação a um núcleo nominal substantivo e passa a advérbio, funcionando, agora, como modificador de verbo, no plano oracional. A função sintática, portanto, atuaria no âmbito da morfologia e no âmbito da oração. Ao analisar as formações *X-mente*, Bomfim (1985) demonstra que nem todas expressam modo e, apesar de serem classificadas em diversas espécies, existem algumas que não modificam o verbo, tampouco expressam circunstância. A autora também ressalta a subjetividade das formas *X-mente* por meio de dados como (10), a seguir, nos quais se observa, respectivamente, uma ratificação do emissor a respeito do que fora declarado e uma negação veemente a algo que lhe fora proposto.

- (10) a) Realmente o dia está lindo.  
b) Absolutamente não quero isso.

Com base em exemplos como (10), Bomfim demonstra que a análise desses advérbios de modo alguma se restringe apenas ao critério sintático, no qual se buscaria identificar qual(is) é(são) o(s) seu(s) escopo(s). Para a autora, ao contrário, o estudo tem de considerar de que maneira essas palavras derivadas de fato funcionam no contexto em que estão inseridas, a fim de que se possa descrevê-las e analisá-las mais adequadamente.

Portanto, acima do plano oracional, está o plano textual, no qual todas as informações morfossemânticas atingem o nível máximo de funcionalidade e significância. A chamada **função sintática** — função pela qual, nos termos



de Bastião (1987), alteram-se, através da adjunção de sufixos variados, as especificações categoriais das bases lexicais — acaba por desencadear o que se chama de **função textual** ou **coesiva** (Gonçalves, 2016). Tal função, por meio de estratégias morfológicas de mudança de classe, em razão de reaplicação morfosintática, pode ligar elementos constituintes do texto por um processo de “coesão morfológica”, com a finalidade de evitar, por exemplo, a redundância argumentativa pela repetição desnecessária de palavras. Um exemplo é uso do sufixo *-ção* na coesão referencial:

- (11) A aluno *alegou* doença para justificar a aula. A *alegação*, no entanto, não teve fundamento, já que não foi apresentado nenhum atestado médico.

A composição é outro processo morfológico que igualmente pode apresentar essa função. Como compostos têm na atribuição de rótulos (nomeação sintética) sua principal motivação, podem configurar-se como instrumento de rotação descritiva e retomada dentro do texto. É o que se observa no exemplo a seguir, extraído de Vital et al. (2016, p. 125):

- (12) O ex-presidente da Câmara dos Deputados foi condenado na Ação Penal 470, o Mensalão do PT, com voto de *Gilmar*. No último dia 10, foi perdoado por unanimidade do pleno da Corte — também com voto do *professor-ministro*.

Nesse exemplo, “professor-ministro” não apenas faz referência ao Ministro do STF Gilmar Mendes, mas também adiciona novos atributos a essa personalidade (ele foi também professor da Universidade de Brasília) e, por fim, põe essa informação em destaque no contexto em que foi empregada. Na manchete em (13), extraída de Vital et al. (2016, p. 127), constata-se, mais uma vez, que a composição atua no nível textual, podendo, inclusive, fundir diferentes domínios semânticos pela criação de novos referentes, muitos delas a partir de inferências no caso de “vagão-oração”: (a) a de que a Arábia Saudita é um país predominantemente muçulmano; (b) muçulmanos são adeptos do islamismo, religião fundada pelo profeta Maomé; (c) islamistas são conhecidos por professar abertamente sua fé; e, portanto, (d) um vagão destinado a orações públicas é de extrema relevância nesse país:

- (13) CAF entrega trem para Arábia Saudita com “vagão-oração”

Ainda de acordo com Gonçalves (2016), a função textual de palavras morfológicamente complexas caracteriza-se pela possibilidade de ocultamento do sujeito-agente envolvido no processo de predicção, adequação a tipos de discurso, factividade e anáfora, entre outras funções cognitivo-discursivas que veremos a seguir. No caso das formações X-*vel*, Rodrigues (1993, p. 29) analisa os exemplos abaixo:

- (14) A secretaria do departamento pessoal é *desejável*.  
 (15) Títulos: Técnicos afirmam que poltronas do avião são *recuperáveis*.

Segundo Rodrigues (1993), em contextos como (14), a motivação para a mudança categorial de verbo para adjetivo vem de outros níveis e dimensões de análise, como o sintático e o textual. Nesse caso, conforme a autora, uma das funções desse tipo de formação é ocultar o sujeito-agente da experiência ou ação tipicamente expressas pelo verbo, considerando-se o fato de que a determinação do número de argumentos de um verbo (ou de um adjetivo) é uma exigência sintática. Assim, a opção por um adjetivo como *desejável* possibilitaria ao falante explicitar apenas um argumento (*desejável* (N)), ao passo que a utilização de um verbo, como *desejar*, exigiria dois argumentos (*desejar* (N1, N2)).

Dessa forma, para Rodrigues (1993), ao formar adjetivos deverbiais em *-vel*, o falante seria motivado, entre outros fatores, pela necessidade de não comprometer com as informações de tempo e pessoa, obrigatórias nos casos em que tal estatuto é expresso na forma de verbos, razão pela qual o falante opta pelo uso do adjetivo correspondente X-*vel*, no qual o sujeito-agente da experiência ou da ação expressa pelo radical verbal é ocultado na construção, garantindo, assim, ao falante a devida descrição nas situações de comunicação. Em (15), além do que já foi dito, por ser uma manchete, houve ainda necessidade de adequação a esse tipo de enunciado, consequência de adaptação ao espaço limitado, típico das manchetes de jornais.

No que diz respeito aos nomes deverbiais, também se evidencia a interdependência do nome em relação ao verbo, pois estes permitem referência a um processo verbal *sem*, contudo, revelar o sujeito e o objeto da ação. Vejamos o exemplo em (16), a seguir:



(16) *A desfruição abalou o relacionamento entre os EUA e a comunidade árabe.*

Ainda que as nominalizações preservem a estrutura argumental do *input* (do verbo), há situações, como a que se vê em (16), em que o uso da forma nominalizada torna opcional a expressão do sujeito-agente, que pode ou não vir representado por um complemento nominal. Como o SN complemento não constitui termo essencial da oração, o processo de nominalização possibilita, ao falante, ocultar uma informação que, com o uso de forma verbal, seria mais restrito. Tal função parece ser regulada pela organização do fluxo informacional das nominalizações, que define, segundo Camacho (2005) e Santana (2005, 2006), a partir das informações nova, dada ou inferível, se seus argumentos serão ou não expressos no texto. Há casos, por exemplo, em que o argumento da nominalização é expresso a fim de evitar algum tipo de ambiguidade quanto aos sujeitos-agentes da predicação. Em suma, todos esses exemplos mostram que a morfologia está a serviço do texto, e descrever as construções complexas com base nos instrumentos da LT pode constituir uma importante linha de investigação. É o que pretendemos fazer nas seções que se seguem.

### 3.2 *Formação de palavras, referencição e progressão referencial*

Segundo Koch e Elias (2009, p. 131), qualquer atividade de escrita ou fala pressupõe que, durante o seu desenvolvimento, certamente (i) faremos referência constante a algo, alguém, fatos, eventos/acontecimentos ou sentidos, (ii) manteremos em evidência os referentes introduzidos no “texto” por meio da operação de remissão, (iii) ou então colocaremos em desfoque os referentes introduzidos, deixando-os em espera (“*stand by*”), de modo que possamos inserir outros novos referentes no discurso corrente. Assim, para Koch e Elias (2006), a referencição trata “[d]as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes” (p. 123), ao passo que a progressão referencial é definida pelas autoras como um processo em que “tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes” no texto (Koch, Elias, 2006, p. 123).

Em outras palavras, para Koch e Elias, a referencição e a progressão referencial consistem na construção e na reconstrução de objetos de discurso, respectivamente, no sentido de que, para haver continuidade ou encaminhamento textual, os referentes construídos, ou inseridos no texto, precisam ser retomados ao longo do texto (Koch, 2002, 2004, 2014); caso contrário, o que se verá é um texto circular, sem progressão referencial. Nesse caso, quando o texto progride, a referencição pode ocorrer, como veremos a seguir, de forma não avaliativa, quando o referente é retomado no texto sem nenhum tipo de avaliação por parte do interlocutor, e avaliativa, quando o processo de retomada do referente envolve algum tipo de reavaliação ou avaliação positiva ou pejorativa por parte do interlocutor. Assim, a partir do momento em que um referente é inserido (construído) na malha textual, ou seja, categorizado pelo interlocutor, pode permanecer no texto, por meio das operações cognitivas de ativação ou reativação, sem envolver qualquer tipo de avaliação, ou, então, ser recategorizado, processo que se observa quando um referente (objeto de discurso) é retomado no texto, mas sempre com algum tipo de avaliação ou julgamento por parte do interlocutor.

É por essa razão que as escolhas lexicais do falante/produzidor do texto podem evidenciar, a depender do contexto, um “querer-dizer” dos envolvidos no processo de interação verbal, uma vez que tais referentes são construídos e reconstruídos no interior do discurso, tendo em vista a nossa percepção de mundo, as nossas crenças e nossos ideais comunicativos. No trecho em (17), os referentes “investidor Jorge Paulo Lemann”, “juiz Sergio Moro” e “presidente Geisel”, inseridos pela primeira vez no texto, são retomados, na sequência, por meio do termo “vendilhões”, que constitui uma recategorização, haja vista que essa retomada indicia um ajustamento negativo do interlocutor sobre essas figuras. Já a expressão “general-presidente” representa somente uma forma de retomada por reativação, isto é, uma nova categorização, que ocorre no texto sem causar qualquer tipo de julgamento.

(17) Os interesses que se articularam em 1964 e que aprofundaram o golpe a partir de 1969 não foram desarticulados com a redemocratização. Nesta semana, encontro patrocinado pelo *investidor Jorge Paulo Lemann* em Nova York contou com a presença de *juiz Sergio Moro*. Trouxe-se de um evento para ajudar a “vender o Brasil no exterior”, termo que os *vendilhões* usam elogiosamente para o que fazem.



Na década de 1970, [presidente] Geisel visitou a Alemanha, e as publicações europeias estamparam, em matérias pagas, fotos da musa brasileira Rose Di Primo. O *general-presidente*, filho de pastor alemão, censurava no Brasil, em nome da moral, filmes e publicações. Mas externamente vendia o país como paraíso para o turismo sexual. (João Batista Damasceno, O Dia, adaptado, 11 de fevereiro de 2017)

Levando-se em consideração as observações de Koch (2004, 2014) e Koch e Elias (2006, 2009), podemos verificar que a expressão nominal “vendilhões”, em (17), introduz/ativa um referente na malha textual, citando, dessa forma, um endereço cognitivo para esse objeto do discurso na rede conceitual do modelo de texto. Tal expressão ativa informações referentes a políticos (corruptos) e legisladores (tendenciosos), listados no texto, que querem vender todas as riquezas do Brasil ao capital estrangeiro, como forma de fazer o país crescer economicamente. Com base em Koch e Elias (2006, p. 125), para compreendermos as expressões “vendilhões” e “general-presidente”, além do saber construído linguisticamente pelo próprio texto e das inferências que fazemos a partir dos elementos que nele estão expostos, precisamos considerar também os saberes enciclopédicos (como o fato de que muitos presidentes vêm, desde a ditadura militar, exercendo essa prática de venda do país), as crenças e as avaliações mobilizadas no momento da interação entre autor-texto-leitor.

Os processos de construção de referentes textuais, ou seja, de inserções/ativações de novos referentes no modelo textual, podem ser realizados de forma ancorada e não ancorada.

A inserção de referentes classificada como não ancorada ocorre, segundo Koch (2004, p. 64), quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando, assim, a ocupar um *locus* específico na memória do interlocutor, como em (18):

(18) O jornalista Fernando Brito, do site Tjolaço, denunciou e reperdiu o *estardalhaço* e a *espetacularização* que a Polícia Federal fez na manhã desta quinta-feira (23) ao promover busca na sede do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Brito apontou ser desmoldo o *cenário de guerra* montado em frente ao prédio, com policiais preparados para a guerra armados com fuzis e vestidos com roupas camufladas. (“PF promove estardalhaço em frente à sede do PT em São Paulo”, 13 de junho de 2016.

Disponível em: [www.ptbr.com/narrat.org.br/index.php/outros-noticias/item/28154](http://www.ptbr.com/narrat.org.br/index.php/outros-noticias/item/28154)

Assim como os demais exemplos discutidos até aqui, que apontam para uma relação de motivação entre os níveis morfológico e textual, o exemplo (18) reforça a tese de que a referencição constitui uma atividade discursiva de constante construção e reconstrução de objetos de discurso, no interior qual os sujeitos envolvidos na interação verbal fazem suas escolhas linguísticas motivadas sempre pela concretização de suas propostas de sentido. (18), o uso das formas nominais “o estardalhaço” e “a espetacularização” além de introduzirem um objeto de discurso no texto, também categorizam o acontecimento descrito no texto como algo desnecessário (exagerado ponto de vista do enunciador. Esse tipo de categorização (ou perspectivização) certamente não teria o mesmo efeito se o evento fosse apresentado meio de construções predicativas (com verbos), haja vista que as formas nominais, ou nominalizações, carregam consigo, como veremos, um argumentativo. É diferente do que ocorre com a expressão nominal “cenário de guerra”, que parece recategorizar o referente introduzido inicialmente e apontar para uma avaliação negativa do interlocutor acerca do evento ou seja, a de que a busca da PF na sede do PT mais parecia um cenário de guerra, desnecessário. Como se pode ver, esse tipo de inserção de referente envolve associação com nenhum tipo de informação textual precedente a informação é nova.

Já os casos de ativação ancorada de referentes ocorrem sempre um novo objeto de discurso é inserido no texto tendo como base alguma informação ou algum segmento textual já apresentado no contexto ou contexto sociocognitivo dos interlocutores, de modo que tal ativação pode ser implementada por associação e/ou inferencição. Vejamos:

(19) A dupla sertaneja Fábio e Paulinho agitou a *festança lulinha*, da EMIEF Alfredo Evans Nogueira, com músicas para todos os gostos. Mantendo a tradição das festas do gênero foi eleito o “correio elegante” e montada uma fogueira simbólica. Também teve a dança da quadrilha os alunos da escola ensaiados pela professora Cristiele Amaral. A *comilança* e a *bebelança* frango e leitão assados, lanches de pernil e cachorro quente, pipoca, cuscuz, queleiro e queleiro, cervejas e refrigerantes. (*Folha de Boa Esperança*, adaptado, 16 de julho de 2016)

A construção de referentes em (19) se faz por meio do uso de um termo associativa, em que as nominalizações “comilança” e “bebelança”, formadas por derivação sufixal, mantêm uma relação metonímica (parte do todo



seja, de “ingrediência” (Koch, 2004, p. 65; Penna, 2006, p. 48), com outros elementos do texto, no caso, o antecedente “a festa junina”. Ao mesmo tempo em que estão relacionadas a um evento maior, que é a festa junina, essas formas nominais inserem no texto uma informação nova referente ao que se podia comer e beber na festa. O uso do termo “bebelança” constitui caso claro de citação lexical em espelho (Bauer, 2004), uma vez que está plenamente ancorada em “comilança”, numa relação bem parecida com a existente entre “comemorar” e “beberemorar”: com finalidades claramente expressivas, o redator substitui a sequência que remete a “comer” e cria a nova forma analógica, a despeito do limitado uso do sufixo *-ança* para denotar excesso, como em “festaça”. Dados como esses revelam que não há uma separação rígida entre analogia e produtividade (Gonçalves, 2016).

Outro tipo de anáfora<sup>9</sup> que também serve ao processo de construção/ativação de referentes no texto é a anáfora indireta, cuja interpretação está diretamente ligada à inferência que o interlocutor faz do fato, a partir do contexto e do seu conhecimento de mundo:

- (20) Os apresentadores desenvolverão *uma discussão* com total de 50 minutos cada um. *Os debatedores* terão no máximo 01 minuto para um comentário direto, conciso e objetivo para a questão formulada pelo apresentador. (Disponível em: <https://goo.gl/MDQDYo>)

A relação anafórica de “debatedores” com o antecedente “uma discussão”, em (20), é construída inferencialmente, a partir das informações disponíveis no contexto e no próprio universo sociocognitivo do interlocutor, uma vez que o termo referencial “debatedores” não possui uma relação de equivalência direta (e sim indireta) com a expressão “uma discussão”, no sentido de que este referente poderia ser retomado por qualquer outro dispositivo.

Segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e Koch (2004), as nominalizações também deveriam ser incluídas entre os casos de introdução ancorada de objetos de discurso, já que elas servem para se referir a “um processo ou estado significado por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade”. Diferentemente do que fazem as anáforas

associativa e indireta, as nominalizações ou retomam segmentos textuais já apresentados no contexto ou apontam para segmentos que ainda serão inseridos (Koch, 2004; Penna, 2006; Koch; Penna, 2006), como se observa em (21), cujo termo em negrito ilustra um caso de nominalização propulsora:

- (21) *A malandragem* do político brasileiro fica bem caracterizada por seu comportamento. Se você observar ele é dócil, solícito, prestativo e até maleável ao peso da opinião pública. Mas não se engane não! É tudo uma forma de enganar a população. [...] A grande maioria é inculta, sem preparo intelectual, mas dotado de toda malícia, visto que foi doutrinado na política. São hábeis em manipular as mentes e em justificarem seus atos. São demagogos, que é uma das formas de degradação da falaciosa democracia. (Lomer Remol, “A malandragem política”, 31 de julho de 2013)

Em (21), a palavra “malandragem”, formada pelo sufixo *-agem*, exerce no mesmo tempo a função de encapsulador de informação subsequente e introdutor de referente novo.

### 3.3 *Palavras complexas e suas funções cognitivo-discursivas na organização do texto*

As expressões nominais, que operam na construção e na reconstrução de objetos de discurso, desempenham diversas funções cognitivo-discursivas na organização e na construção textual do sentido, tais como as que se seguem abaixo:

- (i) Ativação e reativação de referentes na memória

Além dos casos de anáfora associativa e anáfora indireta, que inserem/ativam, segundo Koch (2004, 2014) e Koch e Penna (2006), uma informação nova no modelo de texto, pelo fato de especificarem um referente no texto, os objetos de discurso, como vimos, podem também ser introduzidos na malha textual a partir do uso de nominalizações. Em geral, quando o falante introduz um objeto de discurso totalmente novo no texto, tem-se um caso de ativação não ancorada, via categorização, uma vez que tal referente não se baseia em nenhum tipo de informação textual precedente. Nesse ínterim, os

9. Para Marcusewici (2001), as anáforas associativas são classificadas como “anáforas indiretas”.



casos de anáforas associativa e indireta constituem tipos de ativação ancorada, já que se baseiam em algum tipo de informação dada.

Os casos de reativação de referentes são, geralmente, operados por meio de anáforas diretas, cuja função é retomar o referente já mencionado no texto, a partir de repetições ou sinônimos. É o mesmo referente que é reativado no texto, sem nenhum tipo de avaliação.

- (21) A noite de quarta-feira (30) foi de *panelaço* [construção por ativação] em várias capitais brasileiras. *O protesto* [nova construção por reativação] foi convocado nas redes sociais por grupos a favor da Operação Lava Jato e contra as modificações feitas pela Câmara dos Deputados no projeto de medidas contra a corrupção.

*O panelaço* [construção por reativação] foi feito em vários estados. No Rio de Janeiro, dava para ouvir *o barulho* [nova construção por reativação] nos bairros do Flamengo, Humaitá, Botafogo, Barra da Tijuca, Copacabana e Lahlon. Também teve *protesto* [construção por reativação] na maior cidade do país. Do alto dos prédios, *o panelaço* [construção por reativação] foi feito em alguns bairros de São Paulo, como Pinheiros, Pompeia, Jardins e na Paulista. (Portal G1-Globo, 1 de dezembro de 2016)

Em (21), nota-se que há progressão referencial, pois o texto avança em relação ao tópico em questão. No entanto, tal processo se dá por meio de relações anaforicas correlacionais, já que a relação do referente com o termo antecedente ocorre de forma direta, sem a necessidade de inferências por parte do interlocutor. Trata-se, pois, de um caso de correlacionalidade, em que a anáfora retoma parcialmente ou totalmente o referente introduzido no texto, por meio da repetição de palavras ou por meio da substituição do termo antecedente por outras formas cossignificativas (Koch; Marcusch, 2006). Em (21), todas as formas nominais em negrito retomam o antecedente “panelaço” inserido no texto.

(ii) Recategorização de referentes

O entendimento de que os chamados objetos de discurso não pre-existem à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes (Apothélos; Reichler-Béguelin, 1995), mas são produtos desta atividade discursiva, é essencial para compreender como se processa a construção de sentidos em um texto, justamente porque é a partir da construção desses objetos de discurso que categorizamos o mundo (Morais; Moraes, 2015). Isso quer dizer

que as categorias, tão importantes aos seres humanos e aos animais, não são próprias da língua; pelo contrário, criamos tais categorias ao interagirmos com o mundo ao nosso redor, distinguindo, classificando e designando as coisas a nossa volta. Tanto é verdade que uma mesma realidade pode ser percebida e categorizada por culturas diferentes de formas distintas, o que mostra que, no caso do texto, a categorização constitui um processo cognitivo por meio do qual nós seres humanos categorizamos e recategorizamos nossos objetos de discurso a depender de nossas necessidades comunicativas, de nossos filtros culturais (ou práticas e vivências culturais, segundo Mondada e Dubois [2003]) e de nossos lugares sociais.

Nesse contexto, é esperado, portanto, que as denominações e (re) categorizações, realizadas durante o processo de referencialização, estejam impregnadas pela intersubjetividade dos falantes (Morais; Moraes, 2015, p. 176), já que tal atividade é fruto da negociação entre os interlocutores (Penna, 2006), sócio-historicamente situados, e, por isso, a avaliação e o estabelecimento do ponto de vista acerca do que se está discutindo são inerentes a ela.

Vejamos alguns exemplos de como é possível perceber o posicionamento dos autores (parcial ou imparcial) a partir das categorizações e recategorizações que fazem no texto:

- (25) Nota à imprensa — Ocorrência no Sistema Interligado em 16/10/2016

Às 19:51h do último domingo, 16 de outubro, ocorreu *uma perturbação* no sistema provocada, nas avaliações preliminares, por uma atuação indevida de uma proteção do compensador síncrono na subestação de Ibitúna (SP), de propriedade de Furnas. Com isso, houve *o bloqueio* dos dois bipolos de corrente contínua que trazem energia da usina hidrelétrica de Itaipu para a região Sudeste.

Naquele momento, o setor de 50 hertz da usina de Itaipu estava gerando 6.800 MW, dos quais 1.600 MW estavam indo para o Paraguai e 5.200 MW para o Brasil. Devido à *queda da frequência* do sistema para 58,4 hertz, houve correta atuação do ERAC — Esquema Regional de Alívio de Carga — e, com isso, foi interrompida uma carga no país de 3.200 MW. *A perturbação* afetou os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O Paraguai também foi afetado. A carga do Sistema Interligado Nacional na ocasião era de 64.500 MW e *a interrupção* afetou menos de 5% da carga total.

As 20:01h começou a recomposição das cargas e às 20:24h todas as cargas já tinham sido recompostas. “A recomposição foi muito rápida. Agora, o ONS, Furnas e os agentes envolvidos vão fazer uma avaliação técnica para investigar *a ocorrência*”, afirmou o diretor-geral do ONS,



Luiz Eduardo Barata. Um relatório conclusivo sobre a *perturbação* deve estar pronto em duas semanas.

Por volta da meia noite de domingo, houve o retorno dos dois bipolos do sistema de Itaipu ao SIN. (“Nota à imprensa — Ocorrência no Sistema Interligado em 16/10/2016”, em 17/10/16. Disponível em: [www.ons.org.br/sala\\_imprensa/2016out17-notaocorrenciaSIN.aspx](http://www.ons.org.br/sala_imprensa/2016out17-notaocorrenciaSIN.aspx))

- (26) *Um apagão* atingiu pelo menos seis municípios goianos na noite de domingo (16). De acordo com a Companhia Energética de Goiás (Ceig), além do Centro-Oeste, também foram afetadas as regiões Sul e Sudeste do país. “O *desligamento* do sistema de transmissão de Itaipu, referente à geração do Paraguai, restringiu o envio de energia para o Paraguai e para os estados”, destacou o órgão. (Portal G1, 17 de outubro de 2016)

- (27) Cidades dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste sofreram *apagão* na noite de ontem. A *falta de energia* começou às 19h51 e foi normalizada às 20h04. De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve *desligamento* do sistema de transmissão de Itaipu, referente à geração do Paraguai. “Por isso, o sistema de alívio de carga atuou e restringiu o envio de energia para o Paraguai e para estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”, informou o ONS. (*O Globo*, 16 de outubro de 2016)

O texto em (25), que traz os esclarecimentos sobre a interrupção na transmissão de energia nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, é de autoria da ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Já os outros dois textos, que também tratam do mesmo assunto, são provenientes de dois jornais de grande circulação na imprensa nacional brasileira. As diferenças entre eles consistem basicamente no modo como as cadeias referenciais são construídas pelos redatores ao longo dos textos, a partir da categorização/recategorização dos objetos de discurso, que deixam transparecer as tomadas de posição acerca do assunto.

Embora todos os textos abordem o mesmo tema, o autor do texto (25), da ONS, apresenta o objeto de discurso por meio de uma expressão nominal/referencial, isto é, uma nominalização formada por derivação sufixal, diferente daquelas que aparecem nos textos (26) e (27). No texto de justificativa da ONS, o objeto de discurso (perturbação no sistema de fornecimento de energia) recebe ao longo do texto inúmeras categorizações igualmente nominalizadas (embora nem sempre pelo mesmo processo morfológico), como “o bloqueio” (derivação regressiva), “queda da frequência” (derivação regressiva + complemento nominal), “a interrupção” (sufixação), “o ocorrido” (conversão), que ajudam a construir e a encorporar a perspectiva teórica do texto, uma

vez que o enunciador é um órgão oficial do governo, e, por essa razão, o texto precisa ser o mais objetivo e neutro possível no tocante à divulgação do ocorrido. As formas nominais referenciais, em (25), indicadas em negrito mantêm a mesma ideia central no texto.

É diferente, pois, do que ocorre nos textos (26) e (27), nos quais o objeto de discurso referente ao evento de interrupção de energia, divulgado pela ONS, foi recategorizado nos textos por meio de formas deverbiais nos textos neutras como “apagão” e “desligamento”, indicando, assim, uma visão parcial e tendenciosa dos enunciadores acerca do ocorrido, como forma para só chamar a atenção do público leitor para o evento em questão, a partir da publicação de manchetes e notícias “chocantes”, como também em outros textos o posicionamento dos veículos divulgadores de tais notícias, a partir dos textos de interrupção de energia está de alguma forma relacionada à ingerência do governo federal no comando do setor de minas e energias. Nesse sentido, as formas nominais em questão são estratégicas e cumprem um papel notório no texto.

- (iii) Sumarização/rotulação de segmentos textuais antecedentes o subseqüentes

Segundo Koch (2014, p. 64), no que tange à remissão textual, as formas nominais são instrumentos eficientes na construção e reconstrução de objetos de discurso. No entanto, para a autora, tais expressões são também utilizadas na categorização e recategorização de segmentos precedentes/subseqüentes do contexto, como forma de resumizá-los e encapsulá-los no texto, atribuindo-lhes uma rotulação (Francis, 1994). Nos termos da autora, trata-se de “anáforas (ou catáforas) complexas, representadas, em geral, por um número de casos, por meio de nomes genéricos e inespecíficos (*estudo, fenômeno, circunstância, condição, evento, cena, atividade, hipotese*, etc.)” (p. 64). Conforme Koch, tais expressões desempenham funções igualmente importantes, no sentido de que “não só rotulam uma parte do contexto que as precede ou segue”, como também “criam um novo referente que, por sua vez, passará a constituir o tema dos enunciados subseqüentes” (Koch, 2014, p. 65). Em outras palavras, ao conceberem um novo obje-



O, as rotulações promovem a progressão do texto, uma vez que funcionam tanto como formas referenciadoras quanto como formas predicativas, servem para veicular informação dada/inferível ou informação nova. Seguindo a proposta de Koch (2014), podemos dizer que os rótulos são classificados em dois grandes grupos: os que nomeiam/categorizam o conteúdo dos enunciados), e os que nomeiam/categorizam o modo das informações metadiscursivas ou metaenunciativas).

Os exemplos que seguem, os conteúdos expressos em segmentos anteriores do texto são categorizados por meio de encapsuladores, como “entrevista”, em (28), que designam, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), “entrevistas de segunda ordem (estado de coisas), que podem ser localizadas no tempo e no espaço, e “amadurecimento”, como em (29), que designam, segundo Hengeveld e Mackenzie, um episódio, que consiste na combinação seguramente coerente de estado de coisas, todos ancorados no tempo e tematização. Em geral, expressões nominais que categorizam entidades como episódios envolvem algum tipo de fase. Vejamos os vários tipos de encapsuladores com exemplos de nomes deverbais sufixados:

**a) encapsulamento de estado de coisas:** envolve a categorização de porções textuais em rótulos que designam um acontecimento ou uma ação:

(28) Não consigo fazer esse cancelamento [da assinatura de TV da Vivo] de jeito nenhum. Ficam transferindo a minha ligação de setor em setor e, quando vou falar com alguém que imagino que resolverá a questão, a chamada cai de repente. Estou exausto dessa *envolgação*, queixa-se *Agora*. (Harolene Valinhos, “Cliente sofre para cancelar pacote de TV”, *Agora*, Defesa do Cidadão, 15 de setembro de 2015)

**b) encapsulamento de episódio:** envolve a categorização de porções textuais em rótulos que designam um sequenciamento ou desenvolvimento de ações:

(29) Desde o início do ano eu venho [Emerson] trabalhando forte, me dedicando bastante. Fiquei muito feliz com o meu primeiro gol como profissional. Amadureci, principalmente depois

(Um estudo funcional sobre os diferentes tipos de encapsulamentos é encontrado em Lopez (2009).

daquele momento. Tive o jogo contra o Cruzeiro, que foi ruim. Venho me dedicando todos os dias. Esse *amadurecimento* veio logo a jogo. Tive uma boa sequência — celebra. (Felipe Rocha, “Emerson celebra temporada de afirmação e amadurecimento”, *Portal Terra*, Esportes, 25 de outubro de 2016)

Em (28), a palavra complexa “envolgação”, resultado de um processo de derivação sufixal, é usada para encapsular todas as remissivas textuais anteriores referentes às tentativas do cliente de cancelar a assinatura junto à empresa de TV a cabo. Com o uso dessa rotulação, o produtor do texto confere uma nova categorização ao que vem sendo dito, ou seja, o que antes constituía uma tentativa de resolução do problema torna-se, a partir desse momento do texto, uma *envolgação*, ou seja, uma má vontade da operadora em resolver o problema. Algo mais ou menos semelhante acontece em (29), em que o rótulo “amadurecimento” retoma anaforicamente todas as referências textuais concernentes à evolução (que implica um conjunto de etapas) do zagueiro Emerson no clube do Botafogo.

Já os rótulos metadiscursivos ou metaenunciativos atribuem uma qualificação ao ato de enunciação realizado pelos participantes descritos nos segmentos textuais encapsulados. Os exemplos a seguir ilustram diferentes casos de encapsulamentos de sequências textuais precedentes que apontam para diversos tipos de categorizações.

**c) encapsulamento de ato de fala:** envolve a categorização de segmentos textuais em um ato ilocucionário, tais como promessa, juramento, advertência, asserção etc.:

(10) O massacre no maior presidio de Manaus (AM) dá o que pensar. Como é possível que 56 pessoas sejam mortas num local onde estão sob a guarda do poder público?  
A *explanção* é que houve uma disputa entre facções criminosas pelo controle do presidio. Mas essa resposta não dá conta de todas as perguntas. (“A rebelião em Manaus”, *Agora*, Editorial, 4 de janeiro de 2017)

**d) encapsulamento de conteúdo proposicional:** envolve a categorização de segmentos textuais em uma proposição (um tipo de operação cognitiva), que é avaliada em termos de seu valor de verdade/falsidade. Formas nominais



como “argumentação”, “reflexão”, “conclusão”, “descrença”, “desacreditamento”, dentre outras, exemplificam esse tipo de rotulação:

- (31) Mas não é por isso que eu deixo de ser chato e ruim, sou um pouco pessimista, e facilmente descreditado de muitas pessoas. Acho que temos muitos exemplos para originar esse “*descreditamento*”. Políticos Corruptos, falsos moralistas e o pior para mim, falsos evangelizadores. (Sanderson Utopia, “Complicado sem perfeição”, Blog Lordutopia, 18 de fevereiro de 2011)

Em todos os casos analisados, o que se observa são casos de nominalizações, formadas a partir de processos de derivação sufixal, que cumprem o papel de encapsular diferentes tipos de segmentos textuais em novas categorizações (novos objetos de discurso). Essas ocorrências mostram claramente que, nesses contextos, há uma relação muito próxima entre o plano morfológico e o plano textual, que preferimos aqui chamar “relações de motivação”, uma vez que muitas dessas formas nominais não são criadas aleatoriamente; pelo contrário, nos textos analisados até aqui, vemos que são criadas pelos falantes/escritores sempre para atender a algumas de suas necessidades comunicativas, que podem ser, nos termos de Koch (2014, p. 69), de: (i) *sumarização e categorização* de porções textuais em novos objetos de discurso, que permitem ao leitor/ouvinte alocar um novo referente textual na memória, (ii) *organização textual*, no sentido de que constituem importantes dispositivos anafóricos e catafóricos, responsáveis pela coesão textual, e também pelo encadeamento tópico do texto, e (iii) *orientação argumentativa*, de forma que os rótulos representam meios privilegiados de explicitação de pontos de vista do falante/produtor não somente no que se refere aos conteúdos veiculados no texto, como também quanto aos seus enunciadores, como em (32):

- (32) “[...] o ex-governador Sival Barbosa, o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, José Geraldo Riva, os ex-secretários de Estado, Pedro Nidhaf Marcel de Curse, e o poderoso chefe, Éder Moraes. Essas raças infames, vai ser difícil o povo deste estado esquecer, eles não tiveram dó e nem piedade de lesar o cofre público do estado, suas ganâncias foram diabólicas, seus interesses eram somente enriquecer, ficaram bilionários sob sofrimento do povo, em especial dos mais humildes. Essas obras feitas de forma fraudulenta, eram para estar todas prontas e funcionando todas elas, só não possuem essas *roubalheiras* todas.” (*Diário da Manhã*, Carta de Leitor, adaptado, 29 de janeiro de 2016)

O uso da palavra “roubalheiras”, em (32), deixa claro o posicionamento do autor do texto quanto aos políticos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, isto é, para ele, ainda que os nomes listados no texto estejam sendo investigados, não há dúvidas de que todos são corruptos e estão envolvidos nos desvios de verbas dos cofres públicos, razão pela qual o autor opta por usar a expressão em negrito, que é demasiadamente negativa e avaliativa, evidenciando, assim, qual é o seu ponto de vista quanto ao assunto em pauta.

#### (iv) Indicação de orientação argumentativa

Há casos em que o uso de formas nominais, como “promessa”, em (33), aponta para um trabalho argumentativo por parte do falante ou produtor do texto, no sentido de que, ao fazer uso de certas palavras encapsuladoras, que exprimem algum tipo de avaliação, o falante indica no texto qual é o seu posicionamento/sua avaliação sobre o assunto:

- (33) Parte dos remédios que o prefeito João Dória (PSDB) disse que chegariam às farmácias dos postos de saúde a partir de ontem ainda está em falta em UBSS (Unidades Básicas de Saúde) da capital. *A promessa* foi feita no dia 8 de fevereiro. Os medicamentos serão doados por laboratórios farmacêuticos. (Rafael Italiani, “Remédios prometidos ainda não chegaram aos postos”, *Agora*, adaptado, Nas ruas, 21 de fevereiro de 2017)

Em (33), o uso da palavra “promessa” encapsula toda a discussão do parágrafo anterior, que trata da falta de remédios nas UBSS de São Paulo no governo do prefeito João Dória, já embutindo o posicionamento do autor do texto sobre o episódio, que serve, obviamente, em termos de construção de sentido, como indicativo do teor argumentativo.

#### (v) Atualização de informações por meio de remissão por hiperônimo

De acordo com Koch e Elias (2006, p. 141), o uso de hiperônimo como elemento anafórico tem por objetivo retomar algum elemento textual pouco usual, ou restrito a um universo de circulação com terminologia específica,



com vistas a atualizar o conhecimento do interlocutor para algo mais tangível ou próximo de sua área de atuação, como em (34):

- (34) *Os zoológicos Robert Simmons e Lue Scheepers* questionaram a visão tradicional de como a girafa desenvolveu o pescoço comprido. Observações feitas na África demonstraram que as girafas que atingem alturas de 4 a 5 metros geralmente se alimentam de folhas a 3 metros do solo. O pescoço comprido é usado como uma arma nos combates corpo a corpo pelos machos na disputa por fêmeas. As fêmeas também preferem acasalar com machos de pescoço grande. *Esses pesquisadores* argumentam que o pescoço da girafa ficou grande devido à seleção sexual; machos com pescoços mais compridos deixavam mais descendentes do que machos com pescoços mais curtos. (Robert Simmons e Lue Scheepers, *American Naturalist*, 1996, v. 148, adaptado de tradução brasileira, Biologia Concursos Blog)

A forma nominal “pesquisadores”, em (34), definida como hiperônimo, é usada no texto como estratégia para retomar anafóricamente a expressão nominal “os zoológicos Robert Simmons e Lue Scheepers”, tida como mais específica e restrita a certos leitores. O uso dessa forma agentiva deverbal pluralizada cumpre um papel coesivo importante nesse contexto: ao mesmo tempo em que retoma um referente textual, atualiza o conhecimento do interlocutor sobre a especificidade do profissional da área de Zoologia. Nesse caso, dizer que o zoológico, que estuda os animais em seus vários aspectos, é um pesquisador, é mais acessível ao interlocutor cognitivamente, pois opera no domínio informacional mais amplo.

- (vi) Especificação de informação por meio da sequência hiperônimo/hipônimo

Esse tipo especificação é definido por Koch e Elias (2006) e Koch (2004) como anáfora especificadora. Ocorre em situações em que o enunciador precisa trazer mais informações acerca da categorização. Nesse caso, a genericidade ganha mais especificação:

- (35) Muitos não sabem, mas a cidade de Minamata, localizada ao sul da Província de Kumamoto, foi palco de *um grande desastre* ambiental entre as décadas de 1950 e 1960. Milhares de pessoas sofreram *uma grave intoxicação* por mercúrio por causa de uma fábrica local que jogava os seus dejetos tóxicos na Baía de Minamata.

Esse envenenamento por mercúrio contaminou os peixes e frutos do mar que eram consumidos pela população, causando uma condição que levou o nome de “Mal ou Doença de Minamata”. Mais de 2 mil pessoas morreram na ocasião, sem contar as sequelas permanentes deixadas em outras milhares de pessoas da região. (Silvia Kawanami, “A misteriosa doença de Minamata”, *Japão em foco*, 19 de agosto de 2014)

A forma nominal ‘intoxicação’, formada pelo sufixo *-ção*, em (35), precedida de um artigo indefinido feminino, ajuda a especificar a que tipo de desastre ambiental o texto se refere, daí a razão de se chamar esse tipo de retomada anafórica como anáfora especificadora.

- (vii) Elaboração de paráfrases definicionais e didáticas

As paráfrases realizadas a partir de expressões nominais podem, segundo Koch (2014, p. 57), ser de dois tipos: *definicionais*, como em (36), em que o propósito da anáfora é retomar e definir um termo, em geral específico, inserido na malha textual, ou *didáticas*, como em (37), em que o objetivo do falante/produtor do texto é introduzir um termo técnico da maneira mais precisa possível, de modo a facilitar o entendimento do conteúdo:

- (36) O mal funcionamento da tireoide pode acontecer devido a doenças como por exemplo hipertireoidismo, Hipotireoidismo, Câncer de tireoide, e *Tireoidite*, um *tipo de inflamação na glândula*. Saiba como cada uma delas se manifesta e seus tratamentos. (Principais doenças relacionadas à Tireoide. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/tireoide/>)

- (37) Quando os pesquisadores querem mensurar a quantidade de chuva que cai em um dado dia, eles utilizam um equipamento para estudos meteorológicos e hidrológicos. O *pluviômetro* é um aparelho meteorológico utilizado para recolher e medir, em milímetros, a quantidade de líquidos (chuva e granizo) ou sólidos (neve — onde ocorre este fenômeno) precipitados durante um determinado tempo e local. (Disponível em: <https://goo.gl/hKAmWf>)

A diferença entre esses dois tipos de retomadas anafóricas é que a anáfora definicional apresenta primeiramente o termo técnico (específico) e depois a definição, ao passo que a anáfora didática apresenta primeiramente a definição ou a explicação e em seguida o termo.



(viii) Ocultamento do sujeito-agente da predicação como estratégia de descomprometimento do falante/escritor com o conteúdo do texto

O uso de nominalizações constitui uma importante estratégia de organização e construção de sentido do texto, uma vez que tais formações, embora preservem a estrutura argumental da forma verbal de origem, possibilita a não expressão dos termos argumentais (argumento sujeito e objeto), fenômeno que é, quase sempre, motivado por razões pragmático-discursivas, quando, a depender do contexto, é salutar ao falante/escritor ocultar a informação referente ao sujeito-agente da predicação, do responsável pela ação ou pelo processo, pelo fato de que essa medida lhe garante maior discrição ou descomprometimento no que tange ao conteúdo veiculado em sua mensagem, como se vê em (38):

- (38) Lava-fato: *condenação* de Gim Argello à prisão deve colocar mais políticos corruptos na mira da PF. (*Ufo.info*, 13 de outubro de 2016)

A opção pela nominalização “condenação”, em (38), permite ao produtor do texto abordar o assunto da condenação de Gim Argello, mas sem explicitar o responsável por tal ação, tendo em vista que esse fato ainda estava, até então, em vias de consolidação, de forma que se a condenação fosse de fato decretada por algum juiz, outros políticos também cairiam. Essa possibilidade de ocultamento do sujeito-agente certamente não ocorreria com o verbo.

O mesmo acontece com as formações adjetivais em *-vel*, como em (39) e (40):

- (39) “Agressão a agentes públicos não é *aceitável*”, diz presidente da OAB sobre briga em Caxias (*Pioneiro*, Notícias, 7 de setembro de 2016)

- (40) O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse nesta terça-feira que não é “*recomendável*” devolver o Orçamento da União de 2016 ao Executivo, mas cobrou do governo as formas de reverter o rombo de R\$ 30,5 bilhões previstos na peça orçamentária. (*O Globo*, 1 de setembro de 2016)

Em (39) e (40), a mudança categorial de verbo (“*aceitar*”, “*recomendar*”) para adjetivo (“*aceitável*”, “*recomendável*”) se justifica pela intenção do falante/produtor do texto em dizer algo sobre algum acontecimento, no

mesmo tempo em que se exime de possíveis questionamentos. Em (39), ao ocultar o sujeito-agente envolvido na predicação, o intuito do presidente da OAB é, provavelmente, se esquivar da necessidade de nomear os responsáveis pela agressão a agentes públicos, mas registrar que tal ação é *inaceitável* por quem quer que seja o responsável. Já em (40), ao usar a forma adjetival “*recomendável*”, o presidente do Senado, Renan Calheiros, abstém-se da relação direta de autoria pela recomendação. Nesse sentido, a opção do falante/escritor por essas palavras complexas evidencia, de alguma forma, uma motivação pragmático-textual que é superior ao plano morfológico.

#### 4. Considerações finais: desafios e novas tendências de estudo

Os vários exemplos de palavras morfológicamente complexas, aqui analisados considerando-se sua relação com a organização e a construção do sentido no plano textual, mostram, primeiramente, que os chamados referentes, ainda nas versões mais antigas da LT, são na verdade objetos de discurso, isto é, um produto do discurso, tendo em vista que esses “referentes” são construídos e reconstruídos, categorizados e recategorizados pelo falante/produtor do texto muitas vezes na própria malha textual-discursiva, sem evidenciar uma relação direta, na forma de espelho, entre a linguagem e as coisas do mundo. Em outras palavras, os objetos do discurso são, segundo Koch (2014, p. 43), construídos sociocognitivamente no interior do próprio processo de interação, o que justifica, portanto, o fato de serem altamente dinâmicos, construindo-se e reconstruindo-se constantemente no caminhar da interação, motivo pelo qual a LT denomina esse processo de *referencição*.

Nesse contexto, mostramos que as palavras morfológicamente complexas, em especial as nominalizações, em suas várias formações, os adjetivos, em sua formação *-vel*, e os advérbios em *-mente* exercem diferentes funções na organização e construção do sentido no texto, de modo que a escolha que o falante faz por essas construções lexicais não é aleatória, mas sim motivadas, como mostramos aqui, por questões cognitivo-discursivas: ativação/reativação (categorização) de referentes no discurso, recategorização, sumarização,



atualização e especificação de informações, indicação de força argumentativa, expressão de ponto de vista (perspectivação), paráfrases definicionais e ocultamento do sujeito-agente da ação. O uso dessas palavras no texto, com diversas funções cognitivas, mostra que o nível morfológico possui uma forte correlação com o nível textual, por isso uma análise adequada dessas palavras complexas pressupõe sempre a observação de motivações textuais.

Além de encapsular e sumarizar informações apresentadas no texto, as nominalizações, em especial, ajudam a criar um endereço cognitivo na mente do interlocutor para informações expressas até então no texto por meio de estruturas predicativas (frases ou enunciados), aspecto que mais uma vez reforça a existência de uma relação de dependência, em muitos contextos de formação de palavras, entre morfologia e texto.

Contudo, mesmo com alguns avanços no campo dos estudos de morfologia, desenvolvidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, que apontam para as relações entre morfologia e outros níveis de organização da linguagem, há que se considerar ainda, a nosso ver, como poderíamos analisar os variados casos de formação de palavras a depender do que Hanks (2008) elenca como possíveis definições de texto e fatores de construção textual, a saber: (i) cotexto: “o fragmento discursivo que está associado a uma porção textual num dado texto”; (ii) metatexto: “qualquer discurso que descreva, estrutura ou se refira à interpretação do texto”; (iii) contexto: “ambiente mais amplo (linguístico, social, psicológico) ao qual o texto responde e sobre o qual ele opera”; (iv) pré-texto: “tudo o que prepara o terreno para o texto ou justifica sua produção ou interpretação”; (v) subttexto: “todos os conhecimentos ou temas que formam o pano de fundo ou as dimensões tácitas de um texto, inferíveis mas não explicitamente afirmadas”; e (vi) pós-texto: “a miríade de resultados e de consequências da produção, distribuição ou recepção de um texto, se pretendidos e previstos ou não”. Esses aspectos destacam que, em muitos casos, as relações de construção de sentido não se resolvem no interior do próprio texto (ou de um único texto), mas sim entre textos, como, por exemplo, os casos de fóruns ou comunidades virtuais de pesquisa, em que uma postagem (ou um e-mail) constitui uma resposta para outra mensagem já publicada anteriormente. Assim, se a definição do que pode ser considerado texto é passível de mudanças, é muito provável que as relações entre outros níveis de organização da linguagem com o plano textual requeriram também

um tratamento mais apurado acerca dessas formas de **dimensionamento do texto**, sob a pena de desconsiderar, por exemplo, que algumas formações de palavras, veiculadas principalmente em manchetes de jornais, são motivadas não em decorrência do conteúdo do próprio texto, mas sim como uma espécie de retomada/resposta a outro texto (outros textos).

Como se vê, a concepção de texto é bastante complexa e envolve, além dos fatores de textualidade e construção textual elencados por Koch (2004), vários outros aspectos, tais como as constantes inovações no setor das tecnologias de informação, que proporcionam aos seus usuários infinitas possibilidades e interfaces de interação, a partir de diferentes plataformas e aplicativos de comunicação. Tais aspectos, que afetam diretamente o modo como hoje concebemos a noção de texto, em seus vários tipos e gêneros textuais, permitem-nos rediscutir diversos conceitos operacionais da L.T., incluindo a própria noção de referênciação (Mondada; Dubois, 1995 [2003]; Marcuschi, 1998; 1999; Mondada, 2001; Koch, 2004), que parece se desdobrar, como aponta Filho (2015, p. 275), em mais de uma forma de referênciação. Para o autor, as possibilidades atuais de concepção de texto revelam que a construção de objetos do discurso pode ocorrer em uma mesma materialidade textual, a que o autor chama de *relações intratextuais*, ou entre textos diferentes (*relações intertextuais*), com ou sem abissimos (temas), cujas materialidades textuais se constroem, muitas vezes, de forma não linear, como se observa, por exemplo, em hipertextos, narrativas com retrospectivas temporais, fóruns (já mencionados acima), séries televisivas, dentre outros. As séries conhecidas como *Lost*,<sup>11</sup> *House*<sup>12</sup> e *Grey's Anatomy*<sup>13</sup> são bons exemplos de narrativas televisivas, que se constroem em dois planos

11. Série norte-americana produzida pela Touchstone Television (ABC Studios), Bad Robot Productions e Grass Skirt Productions e transmitida pela American Broadcasting Company, nos Estados Unidos, de 2004 a 2010. A série foi criada pelos produtores J. J. Abrams, Damon Lindelof, Bryan Burk, Jack Bender e Carlton Cuse em parceria com Jesse Alexander e Jeff Pinkner como consultores executivos.

12. Criada por David Shore e exibida nos Estados Unidos pela Fox, de 2004 a 2012, *House* é uma série médica norte-americana, cujo personagem principal é o Dr. Gregory House, interpretado pelo ator Hugh Laurie.

13. *Grey's Anatomy*, criada por Shonda Rhimes, é um drama médico norte-americano exibido pela rede ABC, desde 2005, nos Estados Unidos. Tem como protagonista a personagem da Dra. Meredith Grey (Ellen Pompeo).



distintos de narração (o presente, referente ao estágio atual dos personagens, e o passado, referente às memórias/aos fatos ocorridos em outros momentos da vida dos personagens, que, em geral, são pistas para entender os conflitos do presente). Nesse tipo de texto narrativo, a construção e reconstrução dos objetos do discurso, que são essenciais para promover a coerência textual e a progressão referencial do texto, operam entre episódios de uma mesma temporada ou entre episódios de temporadas diferentes que, embora apresentem uma autonomia em termos de construção textual e enredo, com histórias e conflitos que se resolvem dentro de cada episódio, mantêm uma relação de construção de sentido entre eles. Dessa forma, esse tipo de referência poderia ser chamado de **macroreferência**, por se tratar de um tipo de referência em que o processo de construção de sentidos é negociado passo a passo (episódio por episódio) entre escritor/falante/produzidor e leitor/ouvinte/espectador em esferas mais amplas. Tanto é que muitos dos objetos do discurso, que se configuram na forma de *segredos*, *acontecimentos do passado* ou *previsões* só são devidamente compreendidos pela perspectiva do todo.

Nesse contexto, à medida que os desdobramentos atinentes à concepção de texto se ampliam, os escopos e as possibilidades de pesquisa envolvendo morfologia e texto (e outros níveis de organização da linguagem) também se expandem, o que, por sua vez, leva o pesquisador a superar obstáculos, pensar novas metodologias e novas interfaces de análise.

Para concluir, parece pertinente pensar que a LT, em especial a partir de sua concepção sociocognitivista do texto, tem se colocado, como bem aponta Koch (2001, p. 20), como uma espécie de “entroncamento”, que serve tanto como ponto de chegada para muitos caminhos de pesquisa quanto como ponto de partida para várias outras interfaces teóricas. Segundo Koch, essa metáfora da LT como estação de caminhos possíveis e de “novos desenvolvimentos” abre “perspectivas otimistas quanto a seu futuro, como parte integrante não só da Ciência da Linguagem, mas das demais ciências que têm como sujeito central o ser humano” (2001, p. 20). É nesse sentido que a LT, conforme destaca Koch (2001), vem intensificando, cada vez mais, o diálogo com outras ciências, tais como a Filosofia da Linguagem, a Psicologia Cognitiva e Social, a Sociologia Interpretativa, a Antropologia, a Teoria da Comunicação, a Literatura, a Etnometodologia, a Etnografia da Fala, a

Neurologia, as Ciências Cognitivas, a Ciência da Computação e Teoria da Evolução Cultural. Essa proposta multi e transdisciplinar, ao que tudo indica, parece se colocar como o ambiente profícuo para podermos compreender esse objeto multifacetado que é o texto (Koch, 2001).

## Referências

- ANDRADE, K. E.; RONDININI, R. As “íanes” do porão: análise morfo-pragmática de atuais construções X-iane. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, p. 121-47, 2016.
- APOTHÉLOZ, D., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (Eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995, p. 142-73.
- BASÍLIO, M. A. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BAUER, L. *Morphological productivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BOMFIM, E. *Adverbiais*. São Paulo: Ática, 1985.
- CAMACHO, R. G. A função textual dos nomes deverbiais. *Estudos Linguísticos* XXXIV, p. 183-88, 2005.
- DECAT, M. B. N. Estruturas “desgarradas” em foco: a função focalizadora de orações em sua ocorrência sem a oração-matriz no português falado e escrito. *Anais da ABralin*, p. 2141-51, 2009.
- FAVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística Textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FILHO, V. C. Referência intertextual: análise da construção de objetos de discurso em narrativas com episódios. *REVEL*, v. 13, n. 25, p. 256-77, 2015.
- FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, 1994.



- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Inter-Ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O texto e a construção do sentido*. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *As tirmas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. (Série Dispersos)
- \_\_\_\_\_; FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, Uberlândia, MG, v. 3, n. 1, p. 3-10, 1987.
- \_\_\_\_\_; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- \_\_\_\_\_; BRAGA, M. L. (Orgs.). A articulação de orações. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 28. Campinas: IEL-Unicamp, 1995.
- \_\_\_\_\_; MORATO, E. M. (Orgs.). Questões de Referenciação. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 41. Campinas: IEL-Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. Contexto: São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. da S. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. *Ler e Escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.
- TRAVAGLIA, L. C. Tipolementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. *Língua Portuguesa — pesquisa e ensino*. v. II. 1. ed. São Paulo: Educ/Fapesp, 2007. p. 97-117.
- \_\_\_\_\_. A caracterização de categorias de textos: tipos, gêneros e espécies. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 51, p. 39-79, 2007a.

## Sobre os autores e os organizados

### Autores

**Adriana Bolívar** — É Professora e Pesquisadora da Universidade Central, especialista na área de estudos do discurso, e consultora internacional de pesquisa e cursos de pós-graduação nas áreas de linguagem e Europa. Foi professora convidada em universidades da América Latina, Espanha e Europa. É fundadora e presidente honorária da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALEED) e assessora em discursos acadêmicos por universitários e pesquisadores de alto nível.

**Ana Lúcia Tinoco Gabral** — Possui graduação em Língua e Literatura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980), mestrado em Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou pesquisa de pós-doutoramento na École des Hautes Études Sociales (EHSS), em Paris, França. Atualmente é Pesquisadora colaboradora Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pesquisadora e Professora no curso de Letras em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência em Língua Portuguesa, com ênfase em Leitura e Redação, atuando principalmente nos temas: Linguística Textual, linguagem argumentativa, linguagem jurídica na linguagem e pragmática; educação à distância e uso da linguagem em virtuais de educação.

**Anna Christina Bentes** — Possui graduação em Letras pela Universidade Pará (1986), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Paulo (1992), doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Fez pós-doutorado no Departamento de Antropologia da Universidade de Berkeley (2006). Atualmente é Professora do Departamento de Lin



Universidade Estadual de Campinas. Atua nas áreas de Sociolinguística, Linguística do Texto e do Discurso e Linguística Aplicada. Os objetos de estudo privilegiados em suas pesquisas são: i) a heterogeneidade do fenômeno linguístico, com ênfase nos estudos sobre a elaboração de estilos e a formação de registros linguísticos, considerando especialmente recursos textuais-discursivos e multisssemióticos, além do fenômeno da reflexividade; ii) a produção, a circulação e a recepção de gêneros do discurso; iii) a estruturação de práticas interativas institucionais.

**Altaíla Teixeira de Castilho** — Formação científica: na FFLCH da Universidade de São Paulo, Licenciado em Letras Clássicas em 1959, Especialização em 1960, Doutor em Linguística em 1966, Livre-docente em Filologia e Linguística Portuguesa em 1993. Atualmente é Professor colaborador voluntário na Universidade Estadual de Campinas. Áreas de pesquisa: Linguística do Português, com ênfase nas seguintes subáreas: descrição da língua falada, sintaxe funcionalista do português brasileiro, história do português brasileiro, análise multissistêmica do português brasileiro.

**Carlos Alexandre Gonçalves** — É Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1993. É Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa (CNPq) desde 1999 e Cientista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Sua pesquisa está concentrada na área de Morfologia do português e na interface Fonologia-Morfologia. É organizador e autor de vários livros, entre os quais *Iniciação aos estudos morfológicos, Anais e tendências em formação de palavras. Morfologia Construcional: uma introdução*, todos publicados pela Editora Contexto. Possui ainda mais de cem artigos publicados tanto no Brasil quanto no exterior.

**Carlos Magno Viana Fonseca (in memoriam)** — Era Professor-Assistente III do Departamento de Letras do Campus Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”/CAMEAM da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, e também Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Possuía mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Era Especialista em Linguística Aplicada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN e em Psicopedagogia pelo Instituto de Educação Superior Vale do Salgado, e Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Possuía experiência em Linguística e Língua Portuguesa, com ênfase em Prática Discursiva, Morfossintaxe e Semântica.

**Clélia Cândida Abreu Spinardi Lubran (in memoriam)** — Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1967) e doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo

(1980). Sua última atuação foi como Professora voluntária junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (Linha Estudos do Texto e do Discurso) da Universidade Estadual Paulista, *campus* de São José do Rio Preto. Tinha experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: metadiscorso, referência, repetição, tradições discursivas, abordagem diacrônica de processos de construção textual.

**Diana Luz Pessoa de Barros** — É Professora Titular (aposentada) do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e Professora do Centro de Comunicações e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Obteve o título de mestre na Universidade de São Paulo (França, 1971) e os de doutor, adjunto, livre-docente e titular na Universidade de São Paulo (1976, 1985, 1988 e 1997). Realizou estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, França, em 1976/1977, 1988/1989 e em 1995. Ministra aulas de Linguística na pós-graduação das duas Universidades e orienta teses de doutorado e dissertações de mestrado. Sua produção científica concentra-se, principalmente, nas áreas de teoria e análise do discurso e do texto, análise da conversação, estudos da língua falada, semiótica narrativa e discursiva, história das ideias linguísticas.

**Edwiges Maria Morato** — Professora-Associada II (Livre-docente) da Universidade Estadual de Campinas. Graduada em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e em Fonoaudiologia, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1984). É Mestre (1991) e Doutora (1995) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, tendo realizado um estágio-sanduíche na Universidade de Sorbonne-Nouvelle (Paris III), na França, no período de 1994 a 1995. Fez pós-doutorado na Universidade de Paris XII entre 2001 e 2002 (Paris, França) e outro na Université Lumière II, em 2007 (Lyon, França). Tem experiência na área de Linguística e de Neurolinguística, com ênfase nos estudos que envolvem as relações entre linguagem, interação e cognição, atuando principalmente com os seguintes temas: a partir de uma perspectiva sociocognitiva: enquadres cognitivos, referências metatoricidade, contextualização, processos de significação verbal e não verbal, contexto neurolinguístico (principalmente nas afasias e na Doença de Alzheimer).

**Francisco Alves Filho** — Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Piauí (1990), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Deu voz seu projeto de pós-doutorado na Unicamp (2009-2010). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí, Coordenador do Núcleo de Pesq



## Organizadores

**Edson Rosa Francisco de Souza** — É licenciado em Letras (Português/Italiano) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de São José do Rio Preto, e Mestre em Estudos Linguísticos pela mesma universidade. Obteve o título de Doutor em Linguística (Linguística Textual) pela Universidade Estadual de Campinas e cursou ainda o doutorado sanduíche na Universiteit van Amsterdam (Amsterdam, Holanda), na área de Gramática Discursivo-Funcional. Atualmente é Professor-Assistente Doutor na Universidade Estadual Paulista, *campus* de São José do Rio Preto. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando nos seguintes temas: gramática discursivo-funcional, gramaticalização, advérbios, conjunções, texto/discurso e gêneros textuais.

**Eduardo Penhavel** — É licenciado em Letras (Português/Francês) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de São José do Rio Preto, e Mestre em Estudos Linguísticos, por essa mesma universidade. É Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, com tese defendida na área de Linguística Textual, tendo desenvolvido parte da pesquisa de doutorado na Universidade de Boston, EUA. Atualmente, é Professor-Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista, *campus* de São José do Rio Preto. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: organização tópica, marcadores discursivos, diacronia de processos de construção textual e gramática textual-interativa.

**Marcos Rogério Cintra** — É licenciado em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de São José do Rio Preto, e Mestre em Estudos Linguísticos pela mesma universidade. É Doutor em Linguística (Linguística Textual) pela Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp), tendo realizado estágio de doutorando (PDDE/Capes) na University of Louisville (Louisville, Kentucky — Estados Unidos), no Department of Communication. É Professor Adjunto II na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), *campus* de Diamantina-MG. Atua na área de Língua Portuguesa e Linguística, com ênfase nos seguintes temas: futuriidade verbal, variação sincrônica e diacrônica, gêneros textuais e processos constitutivos do texto.

**Autores que participam da homenagem a Ingedore Koch:**

Adriana Bolívar  
 Ana Lúcia T. Cabral  
 Anna Christina Bentes  
 Atálha Teixeira de Castilho  
 Carlos Alexandre Gonçalves  
 Carlos Magno Viana Fonseca (*in memoriam*)  
 Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (*in memoriam*)  
 Diana Luz Pessoa de Barros  
 Edson Rosa Francisco de Souza  
 Eduardo Penhavel  
 Edwiges Maria Morato  
 Francisco Alves Filho  
 Gladis Massini-Cagliari  
 Jean-Michel Adam  
 Kanavillil Rajagopalan  
 Kazuo Saito M. de Barros  
 Luiz Carlos Cagliari  
 Luiz Carlos Travaglia  
 Marcos Rogério Cintra  
 Maria da Conceição de Paiva  
 Maria Lúcia C. V. O. Andrade  
 Maria Luiza Braga  
 Mônica Magalhães Cavalcante  
 Renato Cabral Rezende  
 Sandra Denise Gasparini-Bastos  
 Suelli C. Marquesi  
 Suzana Leite Cortez  
 Teun van Dijk  
 Vanda Maria Elias